



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

MARKUS FELIPE DE OLIVEIRA SALLES

SUBJETIVIDADE E VERDADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Uberlândia

2018

Markus Felipe de Oliveira Salles

SUBJETIVIDADE E VERDADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção dos títulos de bacharel e licenciado em História sob orientação do Prof. Dr. Amon Pinho.

Uberlândia

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

MARKUS FELIPE DE OLIVEIRA SALLES

SUBJETIVIDADE E VERDADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em História sob orientação do Prof. Dr. Amon Pinho.

Prof. Dr. Amon Pinho

Orientador

Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas

Membro da banca

Prof. Dr. André Fabiano Voigt

Membro da banca

Uberlândia, 1º de novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Seria difícil enumerar a ajuda que tantos me deram para a elaboração deste texto, mas sou grato pela paciência e sobretudo pelo tempo que me concederam, momentos sinceros de escuta e conversa que renderam este trabalho. Com imensa gratidão, agradeço meu orientador, Amon, pela ajuda constante e amiga; minha namorada, Isabella, por tudo; meu primo, Gabriel, pelas conversas estimulantes e aos meus tios, Marlon e Peterson, pelas mais sinceras críticas.

*Ajuda-me
a ter em mim todos os poetas
pois a missão é maior que minhas mãos*

Unsi al-Hajj

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se compreender as possibilidades da ficção na narrativa histórica e o papel da subjetividade do historiador em sua escrita. Por meio de um impasse – a implicação do sujeito em seu objeto – também se implica um sujeito do conhecimento apreendido a partir daquilo que não pode conhecer ou descrever, aberto para a incerteza. Procurou-se nesse viés da subjetividade uma possibilidade ética e utópica para a história através da escrita.

Palavras-chave: Teoria da História; Escrita da História; Ficção; Subjetividade; Verdade.

ABSTRACT

In this work, the aim was to understand the possibilities of fiction in the historical narrative and the role of the historian's subjectivity in its writing. Through an impasse – the implication of the subject in its object – a subject of knowledge is also implicated, apprehended from what he cannot know or describe, opened to uncertainty. Thus we searched, in this subjectivity bias, an ethical and utopian possibility for History by means of the writing.

Keywords: Theory of History; Writing of History; Fiction; Subjectivity; Truth.

SUMÁRIO

(que contém citações para apresentação e interpretação das seções)

Introdução, ou como apresentar a história?.....10

Nenhuma teoria jamais está de acordo com todos os fatos em seus domínios; contudo, a culpada nem sempre é a teoria. Os fatos são constituídos por ideologias mais antigas, e um conflito entre fatos e teorias pode ser uma prova de progresso. Tal conflito constitui também um primeiro passo em nossa tentativa de encontrar princípios implícitos em noções observacionais familiares. (FEYERABEND, 2007, p. 26)

1. Impasse.....13

[...] na perspectiva aqui assumida, não faria sentido falar em ciência excluindo-se o impasse. (GUERRA, 2002, p. 118)

1.1. Sujeito e objeto.....16

[...] de um lado, estão os objetos, e, do outro, o olho e a mente, metonímias de um sujeito capaz de chegar à verdade. (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 9)

1.2. Campos de sentido.....25

Como podemos compreender o mundo em que vivemos? Como o universo se comporta? Qual é a essência da realidade? De onde vem tudo isso? O universo precisa de um criador? A maioria de nós não gasta muito tempo com essas perguntas, mas quase todos refletem sobre isso de vez em quando. Tradicionalmente, são estas as perguntas da filosofia, mas a filosofia está morta. Ela não conseguiu acompanhar os desenvolvimentos recentes da ciência natural, sobretudo da física. Agora são os cientistas naturais que, com suas descobertas, avançam à busca de conhecimento (HAWKING, 2011 apud GABRIEL, 2016b, p. 50)

2. A história e as ciências.....30

Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alethéia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros que nela se infiltram, assim como *alethéia* não se esgota no plano da facticidade. (LIMA, 2006, p. 37)

3. Compreender.....35

Posso imaginar um novo progresso nesse raciocínio. Isso poderia acontecer se os historiadores apresentassem a história para seus leitores de uma forma que, ao lê-la, eles tivessem de criar por eles mesmos a atribuição de sentido à ideia de continuidade, usando sua própria razão. Então, a historiografia ganharia uma forma que reside na proximidade da literatura moderna. (RÜSEN, 2016, p. 57)

3.1. O que é uma representação histórica?.....35

Em suma, pode-se dizer que a narrativa histórica é uma estrutura persuasiva. Ela transmite um conteúdo específico da forma pretendida pelo autor [...]. O fator artístico fundamental utilizado para constituir e ligar a narrativa, tanto em suas dimensões vertical e horizontal, é a imaginação do autor e o sentido de *obviedade* experimentado pelo destinatário. (TOPOLSKY, 2016, p. 47)

3.2. Método e ficção.....43

[...] a história se constituiu como disciplina, na segunda metade do século XIX, ao preferir, com base no modelo das ciências naturais, a ciência ao invés da arte. (HARTOG, 2011, p. 174)

3.2.1. Ficção (em três momentos).....45

[...] no pensamento da época, a desmitificação de qualquer campo de pesquisa tendia a ser igualmente equiparada à desficcionalização desse campo. (WHITE, 1994, p. 140)

3.3. Crise e utopia.....54

A ideia geradora de uma condição humana inacabada representa o pressuposto laico indispensável à vitalidade da prosa de ficção. Pensar na condição humana como algo essencialmente inacabado e irresolvido já é, por si mesmo, um fundamento ético. E sem dúvida vem sendo através dos tempos o território por excelência da prosa de ficção. (TEZZA, 2017, p. 71)

Considerações finais.....63

Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões. Para quem me aceita são inúteis ambos. Os curiosos terão prazer em descobrir minhas conclusões, confrontando obra e dados. Para quem me rejeita trabalho perdido explicar o que, antes de ler, já não aceitou. (ANDRADE, 1987, p. 59)

Referências bibliográficas.....68

Introdução, ou como apresentar a história?

Vivemos, como sujeitos, em um mundo que nos antecede e ao qual somos apresentados com a tarefa de também nele nos inscrever. A partir de naturalizações, compreensões construídas por meio de significações sociais, ingressamos no mundo através da linguagem, e durante esse percurso nos formamos enquanto *sujeitos*, isto é, também sujeitados. Essas naturalizações ultrapassam em muito as primeiras compreensões que formamos, e marcam todas nossas relações na medida em que essas relações marcam os contornos “aceitáveis” e buscam adequar os indivíduos, a partir de determinadas maneiras de se fixar a realidade.

Se somos formados assim, se trata de uma formação contínua, exercida em todos os meios e por toda a vida. Quando nos colocamos a fazer história, se pesarmos essas considerações, também poderão ser indagados os pressupostos através dos quais esse “fazer história” foi constituído, o que se espera dele e com ele. Além disso, a consideração desses pressupostos pode ser útil para que mesmo as categorias que carregamos possam ser reconhecidas, uma vez que como parte da perspectiva em que esse trabalho se coloca, o sujeito é considerado através da aporia, da opacidade inclusive em relação a si mesmo e ao real. Portanto, mesmo que partindo de convenções consolidadas, haverá contradições que o sujeito carrega e que implicam também seu objeto de estudo. Implica-o na própria maneira como elabora o mundo.

Trate-se do método, e por isso ele pode ser considerado de maneira ampla como procedimentos e normalizações na produção científica. Considerar isso permitirá explorar como essa produção estabeleceu horizontes de significado para outras áreas do conhecimento (inclusive a história) e mesmo na vida cotidiana, além de poder permitir contrastar a história a outras disciplinas e investigar aquilo que poderia lhe ser próprio. Também permite pensar novas bases, uma vez que muitos dos princípios naturalizados pelos métodos podem ser princípios compartilhados pelos sujeitos de maneira mais ampla. Como bem aponta o cientista e filósofo da ciência Paul Feyerabend a esse respeito:

Nenhuma teoria jamais está de acordo com todos os fatos em seus domínios; contudo, a culpada nem sempre é a teoria. Os fatos são constituídos por ideologias mais antigas, e um conflito entre fatos e teorias pode ser uma prova de progresso. Tal conflito constitui também um primeiro passo em nossa tentativa de encontrar princípios implícitos em noções observacionais familiares. (FEYERABEND, 2007, p. 26)

De início, na primeira sessão, é feita a apresentação de um impasse, constitutivo da prática científica. Este impasse revela-se na implicação de um sujeito na compreensão de seu

objeto, ou seja, na intersecção entre sujeito e objeto. Para estabelecer esta discussão, foi preciso apontar para um dado fundamental na constituição do sujeito: sua limitação na compreensão do mundo e a dimensão da imaginação da narrativa histórica. Tão frequentemente descartado, eliminado, evitado e alvo de profissão (de todos os tipos), “o imaginado”, para o âmbito da história, estaria ligado à imaginação do historiador. Estreitando um pouco, estaria ligado à articulação que o historiador faz dos eventos que procura descrever: como os organiza, os toma, os “faz falar”. Na escrita da história, e fundamental tanto no processo de produção quanto no de recepção, o que se faz é uma representação da realidade passada, e essa representação (me alinhando com Hayden White (1994) é um artefato verbal, não uma cópia atualizada do passado: um discurso estruturado na linguagem e no sujeito. Assim, nos caminhos dessa estruturação, trabalha a imaginação histórica dentro dos horizontes e das limitações tanto do sujeito quanto da linguagem. No primeiro capítulo, “Impasse”, apresenta-se a implicação do sujeito e do objeto através da imaginação histórica, que articula a narrativa do historiador a partir do campo da ficção na narrativa do historiador.

Tomando a produção histórica como um discurso ancorado no sujeito da linguagem, procurei propor a relação do sujeito e do objeto como um impasse por entendê-lo como limitado (aporético) e estando diante de uma aporia: a de escrever a verdade sobre o passado. Essa relação pode ser melhor vista pelo ângulo da ficção envolvida no processo da produção escrita do historiador e implica-o diretamente. Essa concepção serve como ponto de partida para discutir os modos de estabelecer a realidade, vistos em diversas posturas estabelecidas (tanto num âmbito acadêmico restrito como num social mais amplo), que colaboraram e colaboram para o descrédito da ficção e a associam, para melhor descartá-la, ao avesso daquela verdade buscada através da objetividade lógica da sociedade técnica e dos métodos nas sociedades acadêmicas.

Na segunda sessão, essas questões são contrapostas a uma discussão de como a disciplina histórica constitui alguns dos aspectos diante dos quais me posiciono (como cientificidade, objetividade, resistência teórica à filosofia etc.). Muitas vezes pensamos que a história é a maneira de reconstruir o passado, ou que o passado corresponde ao que já foi, ou que isso que já passou pode ser articulado compreensivelmente e descrito da forma correta (a variar com a coloração teórica). Com certeza, a história pode ser tudo isso – inclusive sem ser nada disso.

O acento maior nesse capítulo será dado a essas convicções de representação e ao que as alimentam, sendo um breve percurso que reflete as resistências filosóficas da história (ou melhor dizendo, dos historiadores) à teoria e às transformações no status tanto da narrativa

quanto da ficção. Em continuidade a essas discussões, a terceira e última sessão aprofunda a temática da ficção na narrativa histórica e a transformação de seu status na consolidação da história como disciplina.

Essa passagem se fez importante com o intuito de permitir pontuar quais exclusões, ou seja, quais escolhas históricas foram tomadas e definiram contornos para a história enquanto disciplina. Mesmo que muita coisa tenha mudado desde essa formação, os passos para que essa consolidação acontecesse deixaram pistas que permitem investigar quais campos e a partir de quais justificativas foram ocultados da narrativa histórica. O status que a ficção passa a ocupar no campo histórico e a atenção dada para a determinação dos fatos marca uma postura notável no sentido de rejeitar o campo ficcional, e fixou muitas das bases com que ainda o consideramos.

Muitos desses pressupostos estão ainda presentes em muitas concepções familiares, como as de dado, fato, fantasia, ficção, verdade etc. O passo seguinte no trabalho foi o de considerar o conteúdo da representação histórica, e elaborar a partir disso as suas implicações para a história e para a prática do historiador. O ficcional então pôde ser tomado, na última parte (*Compreender*) como uma possibilidade na escrita da história. Com o impacto de novas concepções sobre a realidade e a disseminação de novas e incontroláveis práticas, como as *fake news*, o momento presente é encarado como um momento de crise, porém, ainda é possível a aspiração utópica. Como nunca, a verdade não possui um centro hegemônico único, e proliferam as tentativas de refigurar o mundo, inclusive através da mentira. Entretanto, é possível pensar um fundamento ético pela escrita? Se sim, poderia, residir, nessa escrita, possibilidades utópicas?

Confrontando o historiador com o espaço ficcional que lhe cabe em sua escrita, bem como pela condição que o marca enquanto sujeito nesse processo, podemos justificar porque propor a pergunta que abriu esta introdução: “como apresentar a história?”. A pergunta pode mover inúmeras reflexões e devaneios, mas podemos identificar seu potencial no desenraizamento sugerido pela dúvida sobre a apresentação da história, que propõe pensá-la. Nesse sentido o trabalho buscou caminhar, na convicção de pensar a história e suas possibilidades ao ser representada.

1. Impasse

[...] na perspectiva aqui assumida, não faria sentido falar em ciência excluindo-se o impasse. (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 118)

Para localizar o impasse, começemos por imaginar esta situação: um indivíduo põe-se a investigar tal tema; sua curiosidade leva-o por caminhos que prevê e por (muitos) outros que não antecipa; a surpresa, o percurso de uma síntese, a angústia de uma incompreensão ou a alegria do *insight* são partes integrantes desta pesquisa.

Se o pesquisador em questão fosse um historiador, sua investigação por certo começaria com a escolha de um tema e de um recorte temporal, passando pela escolha das fontes, pela seleção da bibliografia e, enfim, pela definição de objetos e objetivos. Durante a experiência da pesquisa experimenta-se um momento capital: o da escrita, ou *a formalização*.

Poucos não assumirão a dificuldade desse momento, pois nele, mais que em nenhum outro da pesquisa, sente-se a força de uma necessidade de *conformação*: entre os pensamentos na cabeça e uma forma escrita coerente e sólida¹; entre as ideias e as coisas; entre as ideias e um consenso que não dependa apenas do juízo individual do historiador em questão, e sim de um grupo significativo – mas não necessariamente majoritário – de possíveis leitores e críticos. Se passar por esse estágio, se se adequar àquilo que o método e a crítica postulam como crível, e as fontes postulam como verossímil, o trabalho receberá sentido e valor. Se, além disso, o trabalho ainda conseguir oferecer a sensação de uma novidade para o saber em questão, poderá (muito *pelos requisitos que cumpre, isso é, por se adequar*) ser como uma nova referência para novos trabalhos, que gerarão novas pesquisas, e assim por diante. A massa documental produzida todos anos pelas universidades atesta a *eficiência* dessa lógica através da reprodução expansiva.

Não há novidade nas afirmações acima. Parece, na verdade, um quadro familiar e, nos atuais sistemas, tornou-se até objeto de desejo. Não seria um exercício infrutífero retomar este quadro estável de modo a colocá-lo diante de suas próprias arbitrariedades. Não se trata (apenas) da crítica a um sistema com altas exigências de (re)produção. Esta situação deve fornecer base para ressaltar contradições da própria *formalização*²: qual a relação do pesquisador com o dado? Tomamos o trabalho do historiador em sua perspectiva historiográfica

¹ Aceita por sua solidez interna (pelo trabalho com a escrita e reflexão pessoal) e externa (pelos juízos e princípios que avaliam este trabalho, seu embasamento teórico, seu aporte nas fontes etc.). É provável que essa separação (interna e externa) seja arbitrária, servindo a ideia apenas para esboçar uma relação de contornos ainda imprecisos.

² Na fase escritural o pesquisador vive os maiores impasses da formalização (a exposição em uma forma, exigida tanto quanto esperada) quanto é o lugar do impasse da própria formalização (por esta implicar o investigador no dado).

(especificamente a produção textual) como um *impasse* pelo envolvimento do sujeito e do objeto que ele estuda e busca descrever. O que a escrita histórica pode revelar dessa relação? Quais horizontes ela possibilita, como explorá-los, quais consequências possíveis?

Daí poderemos partir para alcançar alguns dos mecanismos da própria reprodução social, sobretudo alguns dos termos em que se dá hoje, agora e por toda a parte, a construção e reprodução de sujeitos e subjetividades. Alfredo Bosi reflete, retomando Karl Marx no prefácio do livro *Tempo e história*, que o vínculo que existe entre as mercadorias e os sujeitos diz respeito não apenas aos objetos que são produzidos visando a determinados sujeitos, mas também subjetivações que produzem *determinados* tipos de sujeito, adequados às exigências da atual circulação de mercadorias. “assim também nossos pensamentos mais profundos são dirigidos de fora e tornam-se cada vez mais indiferentes à nossa potência de pensar e agir, atraídos apenas pelo fútil, pela curiosidade ávida de sensacionalismo, pela excitação banal” (NOVAES, 1992, p. 9).

Vivemos em um tempo em que o tempo já ocupa novas categorias e define novas práticas; nossa relação com o tempo, mediada por estruturas que esperamos discutir, promove efeitos próprios e atuais. Esse é nosso vínculo com o presente enquanto condição, uma determinada condição subjetiva cujos contornos a partir da modernidade tiveram efeitos amplos, não apenas sobre a prática histórica *e a reflexão* sobre a história, mas sobre a própria maneira como atualmente se reproduzem e são criadas subjetividades. E “como pensar a história a partir de uma tradição que trabalha com a ideia de tempo absoluto, sem conexão com as diferentes dimensões sociais, políticas e intelectuais, e que procura identificar a sociedade a uma única experiência temporal?” (Ibid., p. 9). Para nós, através do *impasse*. A partir do reconhecimento das limitações podemos nos colocar diante do que nos limita.

a posição por nós assumida, que consistiria em tomar o saber formalizado na perspectiva do *impasse*, portanto, da inevitável implicação do investigador no dado. Em outras palavras, isto consistiria em assumir que o investigador ao se implicar em sua relação com o investigado na produção do dado, somente poderia fazê-lo na perspectiva do *impasse*. (GUERRA; CARVALHO, 2012, p. 114)

Por que não investigar simplesmente a coerência do trabalho com as fontes? Diriam uns: Assim, determina-se: se o trabalho foi fiel às fontes³, o historiador foi neutro-objetivo; caso contrário, sua posição compromete o trabalho e este precisa ser revisto. Em última instância, a proximidade entre ciência e história (e também a ambiguidade dessa proximidade) sempre deixam em questão o nível do vínculo entre o método histórico e o científico; reconhecendo

³ Mais adiante, definiremos essa fidelidade nos termos da aporia da história (LIMA, 2006).

que muito se avançou nessa discussão, pretende-se pensar a história diante da possibilidade de interpretá-la. “Explicando melhor, a inevitável implicação do investigador no fenômeno se constituiria como impasse, porque seria justamente em virtude desta implicação que o homem poderia se distanciar do fenômeno para, deste modo, poder significá-lo-interpretá-lo” (Ibid., p. 111).

Que efeitos disso? Uma prática histórica que não exclua uma reflexão do sujeito, e, portanto, uma reflexão sobre o tempo. O tempo é uma dimensão que une sujeito e história. Simultaneamente, é o que permite a reflexão *da* própria história.

As vinculações dialéticas da história com a vida, da vida do mais simples dos homens ao mais antigo dos reis, também por sua atração e fascínio (como um mistério?); do poder com que o presente se exerce sobre ela, e a vivifica ou resseca, são temas que a narratividade do texto histórico suscita. São também amplas questões que já levaram à contestação da autoridade do método histórico, e aproximam-no de outros campos, como o da arte ou mesmo da vida (num sentido um tanto quanto amplo). As relações permitidas pela narratividade da história são ferramentas para se pensar os impasses de uma disciplina que ainda permuta com as ciências muitas de suas convicções, mas que compartilha com o geral dos homens uma afetação especial. Esse trabalho pretende se construir a partir destas relações, buscando o mais possível desobstruí-las de obsoletas barreiras e pré-conceitos, não tanto para propor novos no lugar, mas para retomar as possibilidades de pensa-los. A história enquanto reflexão não pode ser separada do mundo pelas barreiras de um instituto ou o currículo de uma disciplina. Nada disso deixa de ser fundamental para a produção histórica (o contexto atual torna imprescindível tal estrutura); há de se pensar, no entanto, o que os une porque pertence a ambos.

1.1. Sujeito e objeto

Objeto. Qualquer realidade investigada em um ato cognitivo, apreendida pela percepção e/ou pelo pensamento, que está situada em uma dimensão exterior à subjetividade cognoscente. (OBJETO, 2009, p. 1.371)

Objetivo: Diz-se do que está no campo da experiência sensível independentemente do pensamento individual e perceptível por todos os observadores. (OBJETIVO, 2009, p. 1.371).

[...] de um lado, estão os objetos, e, do outro, o olho e a mente, metonímias de um sujeito capaz de chegar à verdade. (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 9)

Uma consciência formada pela ideia da separação entre a mente e o mundo, entre os olhos e os objetos, está relacionada às heranças do cartesianismo para o contemporâneo. Uma consciência posta em um ponto arquimediano absoluto, capaz de determinar a própria existência individual pelo pensamento (*cogito*) e de conhecer e explicar a essência ou substância das coisas à sua volta, em suma, “um sujeito capaz de chegar à verdade”. Muito do que somos é consequência desta condição compartilhada; qualquer coisa como uma identidade, ou seja, uma transparência e identificação de si (e) “consigo mesmo” é afirmada pelo olhar que descreve a si mesmo e que se crê senhor desta descrição. Um sujeito de si mesmo, visto a partir de sua mente como “um ser unitário, homogêneo e com poder de exercer tanto um autodomínio [por ser um ser de consciência], quanto um domínio sobre o mundo exterior” (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 9).

Ao escolher um *objeto* de estudo (uma das primeiras exigências para um trabalho) busca-se estabelecer *recortes*, determinar uma realidade investigada, que, sem se misturar à própria subjetividade do historiador deverá ser tratada de maneira *objetiva*, e isso de duas perspectivas: procurando explicar pela via do consenso seu objeto e tendo como *objetivo* descobrir uma verdade que existe no mundo “independentemente do pensamento individual e perceptível por todos os observadores”.

No entanto, se fosse somente assim não haveria espaço para o impasse. O impasse está naquilo que a explicação (cartesiana) produz de “resto”, ou seja, aquela dimensão da realidade (e, portanto, também do passado) que, apesar de toda explicação resiste inexplicada ou inassimilável; “o pensamento freudiano teria como especificidade a maneira de confrontar-se com esse resto cartesiano, deslocando-o de um lugar residual para um lugar de destaque capaz de realçar a singularidade, portanto, *o imprevisível, o inominável, o indizível* etc.” (Ibid., p. 12, grifos meus). No domínio do inconsciente, não é possível que nenhuma verdade seja completamente revelada. Isso quer dizer que a capacidade consciente de conhecer não impera sobre a psique (mesmo que aspire a isso). Tal aspiração acaba por reforçar conceitos como uma

identidade vista como uma identificação de si consigo mesmo, possível por uma suposta clareza de conhecer a si e ao mundo.

Não tomarei a via freudiana de análise, mas reconheço dela me aproximar ao assumir para as explicações que independente do esforço ou do método, um “resto” inexplicável e inassimilável. Ao reconhecer esse resto, não se deve tomar o sujeito como plenamente consciente e *capaz* de dominar verdades⁴.

Podemos colocar a presença de um impasse em toda investigação: a implicação do investigador no objeto e impossibilidade de qualquer explicação totalizante. Como primeira consequência disso, assumimos não identificar as verdades do conhecimento produzido sobre o mundo com a própria realidade que este busca explicar-controlar. A concepção de sujeito e investigação aqui defendida não pretende afirmar a impossibilidade do saber ou da verdade, mas “admitir que a singularidade do investigador atuaria como um lugar que não recusaria saber-se encoberto pelo véu de um enigma. Portanto, um lugar opaco-enigmático que o implicaria na sua condição de sujeito do desejo” (Ibid., p. 115).

Neste trabalho, a inclusão do sujeito na investigação (do observador no objeto, ou seja, o próprio impasse) dá-se junto com a afirmação de um sujeito incompleto, opaco a si mesmo, a que o inconsciente é uma dimensão sempre inevitável e que por isso mesmo perde a segurança de si e do mundo (por isso também duvida)⁵. Isso inevitavelmente aproxima o trabalho da psicanálise. Entretanto, uma vez que serão tomadas determinadas abordagens da psicanálise (como o inconsciente e o desejo), dizemos, primeiramente, que essas aproximações podem ser justificadas dentro (e por intermédio) da história. Os frutos dessa separação (e de muitas outras, como a da arte) são sujeitos que carregam uma compreensão das coisas como coisas-mesmas-e-dadas, difundida tanto na história quanto de maneira mais ampla; os efeitos do que acreditamos identificar e questionar podem ser vistos, como discutido adiante, em rejeições à própria maneira de compreender o tempo.

Por mais que aparentemente privado de sua segurança básica, este sujeito é capaz da ação transformadora, da negação do real e do presente definidos e definitivos, até da utopia. Voltado para a compreensão do tempo e da história é que o indivíduo é capaz da ação, e diante do impasse de sua própria condição, diante de seu lugar de *sujeito*. Sujeito a uma sujeição (a um assujeitamento). Por isso uma parte deste trabalho se dedicará a dimensão pública do

⁴ Mesmo sendo possível alcançar verdades sobre o mundo (sua busca e pretensão não são vazias); definiremos melhor os termos dessa verdade ao falar da aporia da história mais adiante.

⁵ O método de Descartes não exclui o indefinido e o desconhecido (uma vez que parte da dúvida, ou seja, da convicção de que a realidade não é tal qual nos aparece). Não separar completamente o cartesianismo do freudismo e nem descaracterizar a essencialidade do pensamento cartesiano serão cuidados importantes a serem tomados.

sujeito; por isso, também, analisar os processos de subjetivação produzidos contemporaneamente, ou seja, os meios pelos quais os indivíduos são tornados sujeitos e sujeitados aos poderes da coerção social. O que os autores aqui citados poderão trazer são referências que estimulem a identificação dos traços desta reflexão no sujeito contemporâneo⁶, a partir de uma discussão teórica da história.

Deve-se esquecer um pouco a ideia de um indivíduo que apenas deliberadamente exerce sua “identidade”; é preciso imaginar uma pessoa não como o agente exclusivo da ação, mas elemento de uma cadeia de processos, ritmos, autoridades e poderes. É possível conhecê-los, mas nunca escapar completamente aos seus efeitos; os sujeitos são produzidos por eles. Entretanto, o impasse não deixa de ser uma negação do real enquanto determinação: a partir da dúvida pode-se colocar o mundo diante de sua própria reconstrução. As dificuldades do impasse não são indiferentes à recusa da insegurança, da dúvida, do indefinido. As expectativas atuais de previsão não podem deixar que caiba ao futuro expectativas que *não* garantam a renovação do presente.

Situar o sujeito no lugar da dúvida é pensá-lo também a partir do impasse, aquele em que diante de suas aporias ele pode se confrontar com aspectos da realidade que não considera e que, portanto, não existem (ainda) para ele. Tratam-se daquelas sensações que nos vinculam diretamente à vida e que chamamos numa descrição ampla de *experiências*, mas que recortamos como se fossem tecidos materiais, sensíveis ao toque e disponíveis à manipulação. Enganamo-nos sobre este controle. O impasse é a abertura para o sujeito de uma experiência da própria vida (rejeitada pois não isenta da dor, separação, solidão, do incontornável, desconhecido etc.), capaz de silenciar-lhe o suficiente para que busque em metáforas um sentido (em certa medida reodernador) para o fluir incessante das horas. Pois o cartesianismo é também um caminho para a dúvida, uma sistematização no sentido de torná-la assimilável (e também um reconhecimento da dimensão do inassimilável que constantemente leva a novas “reordenações” no-do mundo). Mas talvez nem tudo seja plenamente assimilável, inclusive no sentido de afirmar que não podemos descrever tudo que conhecemos (além da óbvia constatação a partir daí: não conhecermos tudo que descrevemos).

⁶ Certamente não existe “um sujeito contemporâneo”. Isso é uma falácia porque não existe uma descrição dessa ordem subjetiva capaz de 1) ser geral o suficiente para servir para todos os sujeitos 2) ser particular o suficiente para formar uma definição. Não quer só dizer que “existem vários sujeitos”, mas que lidamos com uma categoria imprecisa. O que a torna acessível ao conhecimento então? Seus desdobramentos *históricos*, propriamente aquilo que no presente e no passado moveu e constituiu subjetividades, aberto o suficiente para a mudança (ações desviantes-conscientes e inconscientes) e permanente o suficiente (as múltiplas ações *nos* sujeitos) para identificação e representação.

E a vida hoje (que chamamos por “moderna” ou “contemporânea”) é o palco para essas experiências que olhadas assim “assumem” a forma de um indeterminável conjunto de não assimilados e inassimiláveis. Como lidamos com isso? E como nossa sociedade (pelo menos algumas de suas manifestações) se encontra com essas experiências?

O tempo produz sofrimento e resistência, sua existência unívoca nunca é real e sua aceitação nunca absoluta. A psicanalista Maria Rita Khel buscou analisar a melancolia em seus desdobramentos histórico-sociais, ou seja, a partir de como o melancólico era representado pelo meio social e como a melancolia pode representar uma rejeição às formas de tempo instituídas socialmente. O melancólico é uma posição a respeito do destino social, e na sociedade contemporânea os quadros da depressão estão associados à uma tensão com o tempo vigente, ou seja, à temporalidade predominante⁷. “[...] de acordo com a lógica subjacente a este projeto [...] o campo incerto da subjetividade, tributário do movimento errante do desejo inconsciente, dever ser reduzido à sua dimensão mais insignificante” (KHEL, 2009, p. 56).

Os números assombrosos da depressão (e sua estreita vinculação com a rejeição do próprio tempo instituído) não são sinal claro da urgência dessas questões? Para Khel: “Penso que esse potencial analisador do laço social representado desde a Antiguidade pela(s) melancolia (s) deslocou-se, hoje, para o campo das depressões” (KHEL, 2009, p. 49)⁸. A melancolia (e a depressão) representam um sintoma do mal-estar social, um descompasso entre os sujeitos e a lógica instituída.

Para a autora, a depressão está intimamente associada à aceleração da vida contemporânea. *O tempo e o cão* é motivado pelo atropelamento de um cachorro. Essa experiência, segundo relato da autora na introdução do livro, colocou em evidência a urgência com que se lida com cada situação, sendo a vivência da experiência atropelada por um tempo que acelera a vivência temporal e empobrece a experiência. Não havia tempo para o cachorro atropelado. Por isso o livro coloca nos ritmos da escrita uma reflexão sobre os efeitos de como o tempo é vivido e reproduzido, e encontra na figura do melancólico um personagem *histórico*, e nas suas (in)ações e rejeições uma possibilidade para interpretar o contexto presente. Para isso, sua reflexão precisa retomar o Renascimento, porque a partir daí “o sujeito moderno nunca mais deixaria de se sentir vacilante em razão dessa perda de um saber que a ciência não é capaz

⁷ Isso não deve ser confundido, de maneira alguma, com uma idealização do sofrimento depressivo, nem na crença do melancólico simplesmente como “incompreendido” num sentido vitimizador. A depressão é tanto uma questão clínica quanto um sintoma social, e é neste sentido dado por Maria Rita Khel que a tomamos.

⁸ E isso porque “o aumento da incidência dos chamados ‘distúrbios depressivos’, desde as três últimas décadas do século XX, indica que devemos tentar indagar o que as depressões tem a nos dizer, a partir do lugar até então ocupado pelas antigas manifestações da melancolia, como sintomas das formas contemporâneas do mal-estar” (KHEL, 2009, p. 49).

de reconstituir” (Ibid., p. 79). Por isso, “o melancólico renascentista [...] sofria da contradição entre a vontade e a impossibilidade de tudo saber” (Ibid., p. 71). Em suma, o impasse pela implicação de uma consciência limitada na investigação e o reconhecimento desse fato, juntamente com a busca cada vez mais antropologizada do conhecimento, resultava na postura melancólica do indivíduo que reconhecia mais desejar saber do que poder saber. “A possibilidade, ou pelo menos o desejo de domínio do real, teria deixado o homem renascentista diante da perda do sentido metafísico do mundo” (Ibid., p. 79).

Onde poderíamos encontrar um mundo com este sentido metafísico? Sabemos que as continuidades entre a Idade Média e a modernidade são complexas, e alguns autores da envergadura de um Le Goff defendem uma longa Idade Média, indo até ao século XIX. Mas os historiadores não têm pouco a aprender sobre como identificar tão bem o sentido de uma época com Johan Huizinga em o Outono da Idade Média. Encontramos, no seu capítulo 16, “O realismo e o sucumbir da imaginação no misticismo”:

O simbolismo era como o sopro de vida do pensamento medieval. O costume de ver todas as coisas em sua conexão rica de significados em relação ao eterno mantinha vivo o mundo com suas cores radiantes e resplandecentes, ao mesmo tempo que atenuava a fronteira entre todas as coisas. (HUIZINGA, 2013, p. 353)

Não podemos idealizar nem descaracterizar a aplicação da descrição. Se por um lado pode representar um contraste com o pensamento que lhe sobreviria (moderno), por outro estava representada também na própria divisão social medieval, hierárquica e idealmente justificada. Era isso que a fazia eterna e irrevogável. Mas como Huizinga (Ibid., p. 353) caracteriza,

quando a função simbolizadora deixa de existir ou passa a ser puramente mecânica [...] a divisão e subdivisão dos conceitos, realizadas de forma puramente dedutiva, são demasiado cômodas [...]. Excetuando as regras da lógica, não há corretivo que alguma vez aponte um erro na classificação. Com isso o espírito é enganado quanto ao valor das suas próprias conclusões e a infalibilidade do sistema é superestimada. Todos os conceitos, precisos e imprecisos, mantêm-se como estrelas no firmamento.

O impasse não está nos resultados da lógica que discutimos (ela pode produzi-los), mas aqui o grande salto, que se passa despercebido com certeza começa a incomodar quando notado: a aplicação destes resultados passa a ser universal, como se a linguagem correspondesse à lógica, a causa o efeito, o acontecimento a data, o fato.

O tecido social é recortado por diferentes temporalidades; a “teia da vida” é uma imagem errada, se pressupõe encontrar um conjunto harmônico de partes formando o tecido social. A Idade Média também produziu seus melancólicos (que mais que se insinuam na biografia de vários santos). Há tempos “vazios”, em que ocorre a negação do tempo social exigido e das exigências do tempo social. Esse tempo “vazio” o é apenas na perspectiva do tempo eficiente;

em sua perspectiva, o vazio é um espaço de (in)ação. Mas o que acaba por produzir e assentar ideias?

A aliança entre os ideais de precisão científica e de eficiência econômica produz uma versão fantasiosa da vida humana como um investimento no mercado de futuros, cujo sentido depende de se conseguir garantir, de antemão, os ganhos que tal investimento deverá render. (KHEL, 2009, p. 56)

O controle do tempo (que é também um controle sobre o sujeito), visto do ponto de vista lógico, pode ser ou não eficiente. O que definirá tal? Um conjunto de princípios e pressupostos que a partir de sua linguagem sobre o mundo pretende superar as aporias dos sujeitos. Aparentemente, não há nada demais em dizer que os historiadores devem partir do presente, de um diálogo com seu tempo, para analisar o passado. Mas poucas vezes se fala, seriamente, que esse “diálogo” é sustentado por uma linguagem que não foi inventada pelo historiador em questão, e muito menos ganhou significado apenas a partir dele. Quanto mais buscarmos o significado dessa linguagem que nos antecede e rodeia, talvez possamos retomar a consciência de que o uso da palavra constitui o que somos. Não pode nem determinar absoluta e completamente o mundo ao redor e nem a si própria. Iríamos além se disséssemos que é a palavra o material do historiador; as fontes são imprescindíveis. Mas o significado de seu campo está mesmo separado da palavra? Ela ainda não é, para o historiador, indispensável? Perder os significados da palavra não é perder também sua historicidade?

Retomemos: formas de conceber e marcar o tempo, e não um tempo absoluto, que possa ser por algum meio técnico acessado e imposto universalmente, a todos os domínios ou mesmo com validade para todas as sociedades e pessoas. Não é possível encontrar *um* tempo, contínuo e uniforme, correndo regularmente por todos os sujeitos formando *um* tempo social. Queremos dizer que o tempo técnico, matemático, científico e quantitativo extrapolou seu domínio de compreensão do mundo, procurando tornar-se “óbvio” na medida em que devia ser irrecusável (irrefutável). O problema está em extrapolar o domínio de uma esfera para um controle sobre as outras supostamente justificado por sua eficácia. Por isso, toda regulação do tempo que se pretenda absoluta merece nossa investigação; os contornos um pouco menos imprecisos desta subjetividade põe, de maneira bastante tímida, tempos e temporalidades (inserções do sujeito no tempo) que carregam exigências próprias.

O que usamos para visualizar isso agora é a ideia de que a depressão representa uma rejeição simbólica a tal constituição do tempo. A disseminação dos diagnósticos depressivos (que acompanham uma expansão crescente do que seriam estes sintomas), também não se separam da lógica mercadológica e seu verniz de divulgação: a felicidade. Os lucros das

empresas farmacêuticas, que se assomam com uma clínica voltada para a medicalização da vida, acompanham (e incentivam) a expansão do “mercado” até com antidepressivos “da moda”⁹.

É uma postura em relação ao tempo. Separa e organiza de acordo com princípios de orientação determinada e inequívoca; os objetos são definidos pelos observadores, destes separados e conscientes. A ação aponta para um futuro imediato, em que a realização (incessantemente simulada e repetida) das expectativas é também a destruição das alternativas, pois não há imaginação para tal (e voltamos a encontrar os atuais sujeitos consumidores). Um “tempo sem memórias”, um presente sem capacidade de encontrar significado para as experiências (próprias e passadas). Palavras como tempo perdem seu sentido histórico e mesmo existencial ao serem transformadas em cálculo, planejamento e método. Aliás, as próprias palavras são esvaziadas de seus sentidos e perdem suas metáforas e seu poder imaginário. Apesar disso, elas impõem comportamentos e posições no mundo. O tempo do relógio é o tempo do conta-minutos, que planeja se atrasar dez ou quinze, escovar os dentes em dois e meio e tomar o café em três. A experiência do presente é confundida com sua divisão em horas e minutos, como se dela fosse derivada e não o contrário. O efeito disso é a normalização e *normatização* do tempo. Isto é, o estabelecimento de uma dada compreensão de mundo.

Para tentar exorcizar a angústia e o efêmero, a relojoaria contemporânea não encontrou nada melhor, inconscientemente, que dar aos relógios e aos despertadores uma forma quadrada, em lugar de redonda, simbolizando, assim, a ilusão humana de escapar à roda inexorável e de dominar a terra, impondo-lhe medida. (CHEVALIER; ALAIN, 2000, p. 876)

As consequências desta consciência? A primeira é a revalorização da metáfora. O que também quer dizer a revalorização da própria experiência, não vivenciada como uma relação entre um sujeito observador e objetos determinados que obedecem a contornos claros (e delimitados) de existência e significado.

O livro *Tempo e história* (NOVAES, 1992) é um livro que não dispensa apresentação. O azul que ocupa da capa à contracapa, inclusive na lombada, faz fundo para uma caligrafia reta e geométrica, com letras brancas quase finas em que se escreve “Tempo e História” em letras de forma. Há, entretanto, certa instabilidade. Um corte na capa, um estreito losango na horizontal; pelo buraco revela-se um amarelo. No branco do verso das capas aparecem outras figuras geometrizadas, largas e bastante alongadas, também em verde e vermelho. Os

⁹ Ver artigo “Bupropiona: a nova pílula da felicidade” (BUSTO, 2017). O subtítulo da manchete diz muito dessas ações: “Saiba mais sobre esse remédio ambicioso que empreendeu uma campanha de marketing capaz de deixar os “colegas” no chinelo”.

fragmentos, a descontinuidade, a ruptura, instabilizam um todo que simula o formato institucional. Publicado pela Companhia das letras, o livro é composto por textos de conferências sob o título *Tempo e história: caminhos da memória, trilhas do futuro*. Pela apresentação de Aduino Novaes (1992, p. 15) e o que foi trazido sobre a metáfora, extrai-se muito do espírito do livro aqui:

O sistema apresenta-se, portanto, como a síntese acabada da realização da história mediante a crença absoluta na técnica.

A tecnologia passou a dominar não apenas o comércio, as cidades, a vida cotidiana e a intimidade dos homens, mas foi mais além: transformou-se na linguagem do mundo contemporâneo, nossa mediação universal. Como sistema universal, a História – da mesma maneira que as ciências, as artes e a política – vista da mesma perspectiva, isto é, por meio de um conjunto de regras de conhecimento, geralmente quantificados, que valem de forma indiferenciada para todas as dimensões do real. Isto é a constituição do mundo sem perspectivas.

O que buscamos caracterizar é o campo de disputa em torno de uma linguagem para descrever o mundo, assim como os conflitos que emergem tanto das próprias aporias dos sujeitos quanto das reações a elas. O que permite esta abordagem é partir das aporias dos sujeitos para revelar os discursos que os cercam e formam. Percebemos que eles vão bem além de um âmbito restrito, e seus efeitos se espalham pela sociedade, encontrando-se inclusive na história. É isso o que acaba assentando determinada prática histórica, que inclusive rejeita a reflexão de seus próprios pressupostos.

Por isso, não é tão simples resolver os problemas do pesquisador apenas com a expectativa da objetividade de seu trabalho, auto evidente a todos os espectadores e livre de sua subjetividade. Se o implicamos, a própria noção de método é irreversivelmente afetada. Se a verdade não pode ser encontrada apenas com a separação entre o objeto e o investigador, se essa definição pode ser questionada, é possível colocar o método muito mais como elemento de uma relação dialética, e não um conjunto obrigatório de práticas? *Por que e de que perspectiva método e sujeito não podem ser separados?*

método e objeto são a mesma coisa [...] este [o objeto] já não é mais aquilo que está em mera oposição ao sujeito – *posto à sua frente*, como indica a etimologia-, assim como aquele [o método] já não pode ser entendido como uma simples maneira de extrair as consequências práticas desta oposição. (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 11)

A discussão do impasse implica uma crença: a de que a maneira como a realidade é compreendida pode mudar como ela é. E a reflexão do impasse busca essa discussão como um método elusivo em que a investigação, ao buscar saber sobre o que não pode, depende de referências e conexões. Este “tratamento indireto” é tanto o que possibilita quanto o que ameaça o trabalho, pois que permite refletir sobre o que motiva as conexões que fazemos e como elas

podem ser motivadas (pairando, entretanto, a ameaça da dispersão). É não apenas a situação teórica da implicação do investigador no objeto, mas também uma experiência colocada em questão dentro de sua própria ambiguidade. Por isso foi tão importante discutir os quadros melancólicos e depressivos, pois atestam com radicalidade que a descrição da realidade está aberta a disputas. Ainda: que as disputas em torno da descrição da realidade podem ser estendidas à própria maneira como a história é concebida.

1.2. Campos de sentido

Como podemos compreender o mundo em que vivemos? Como o universo se comporta? Qual é a essência da realidade? De onde vem tudo isso? O universo precisa de um criador? A maioria de nós não gasta muito tempo com essas perguntas, mas quase todos refletem sobre isso de vez em quando. Tradicionalmente, são estas as perguntas da filosofia, mas a filosofia está morta. Ela não conseguiu acompanhar os desenvolvimentos recentes da ciência natural, sobretudo da física. Agora são os cientistas naturais que, com suas descobertas, avançam à busca de conhecimento. (HAWKING, 2011 apud GABRIEL, 2016b, p. 50)

Certamente o problema na declaração dada pelo físico Stephen Hawking não está nas perguntas que ele faz. Todo projeto apresenta-se, em maior ou menor medida, disposto a encará-las. É na resposta dada que se encontra o problema. E é justamente essa resposta que discute o filósofo contemporâneo alemão, Markus Gabriel (2016b, p. 50):

Hawking identifica o mundo, o todo, a totalidade à qual pertencemos – com o universo. Há muito (no mínimo desde Platão e Aristóteles) a filosofia diferencia entre o universo no sentido do campo de objetos da física e aquilo que nós, os modernos, chamamos de “mundo”.

Essa identificação coaduna com a ideia de que a descrição das ciências empíricas dos fenômenos físicos corresponde à descrição daquilo que *é o mundo*, ou, que *é a realidade*. Ao descrever os fenômenos, o cientista acredita descrever a própria realidade. No entanto, conforme aponta Luiz Costa Lima ao estudar concepções de realidade e suas consequências para a escrita histórica, “ser, do ponto de vista humano, a realidade uma fímbria significa que não a vivenciamos como um território contínuo, apenas reconhecido a partir de seu registro pelos órgãos dos sentidos” (LIMA, 2006, p. 24). Isso quer dizer que não existe uma descrição que será, ela mesma, o mundo. A maneira como o enxergamos são “molduras”, “formadas por um conjunto de expectativas que se configura na presença de uma certa *interação*” (Ibid., p. 24, grifo meu). Tal interação significa tanto que não existe uma descrição do mundo capaz de abrange-lo em sua totalidade (e nem um tipo de explicação – mesmo a científica – capaz de descrevê-lo integralmente), como também que uma descrição da realidade necessariamente envolve uma relação com quem observa esta realidade. Como afirma Gabriel (2016b), o “mundo” não existe, ou seja, não existe um conjunto capaz de ser descrito independente de uma interação limitadora.

Lima busca discutir concepções de realidade pois o que procura questionar é justamente o tipo de produto buscado pelos historiadores durante suas investigações. A concepção de representação do passado não deixa de tomar das ciências certos pressupostos, entre eles a negação da ficção, rejeitada no campo histórico por não corresponder àquilo que se considera os fatos, ou seja, os fenômenos que se desdobraram numa dada realidade passada. O que Lima

propõe aos historiadores em seu livro é que, *na fase escrita de seu trabalho*, as fronteiras entre a história e a ficção não são definidas tanto pelos conteúdos destas, mas por certas concepções de realidade e verdade. Não é intenção explicar o conceito de ficção em Lima, mas trazer esse autor para discussão na medida em que ele coloca que a aporia da história, representar o passado, é porosa, e o trabalho do historiador não corresponde à busca de uma factualidade – que consistiria numa correspondência “verdadeira” aos fatos do passado. No entanto, como Hawking, alguns historiadores baseiam sua busca e procuram que suas explicações se assentem num mundo coerente e verdadeiro, do qual se exclui a ficção (e outras explicações do mundo, como a filosofia) por estar essa num âmbito que as ciências, e a própria história, encaram com resistência: o da subjetividade do investigador.

A ficção é este elemento que, na narração histórica, envolve investigador e objeto numa tal relação que não se pode considerar que esta narração seja produto de uma investigação neutra e objetiva (por mais que possa ser fruto de uma investigação metodologicamente conduzida e difira da ficção do poeta e da literatura).

A imaginação do historiador possui um papel determinante na reconstrução do passado. Isso aponta para o fato de que o mundo não é um sistema contínuo e único, nem mesmo pacífico, passível de ser ordenado em partes coerentes e que produzam uma totalidade, excluindo outras possibilidades de explicação. Nas palavras de Gabriel (2016b, p. 51, grifos meus), a declaração de Hawking está assentada na garantia da “possibilidade de ter uma imagem do mundo *coerente e sem contradições*, já que o próprio mundo é uma unidade, cujos recortes podemos representar”.

Esta percepção de mundo, presente nas ciências e na história, se assenta sobre determinadas concepções que acreditamos constituir processos importantes da subjetivação. O que não refletimos muitas vezes por uma resistência na história (que envolve muitas vezes uma resistência à própria filosofia)¹⁰. A esta resistência, preferimos tomar a posição de Lima: “A pergunta sobre o que abarca a realidade, bem como sobre em que consiste a escrita da história, são demasiado importantes para que as confiemos a um único tipo de especialistas”

¹⁰ Sempre houve certa resistência à filosofia entre os historiadores “Sem desconhecer a importância da teoria nas ciências sociais e, em particular, na história (muito frequentemente, o historiador, por desprezo à teoria, é o joguete inconsciente de teorias implícitas e simplistas), não me lancei numa pesquisa teórica para a qual não me sinto dotado e onde receio me deixar arrastar por naquilo que acredito, ao lado e depois de muitos historiadores, o pior inimigo da história, *a filosofia da história*” (LE GOFF, 2013, p. 15, grifo meu). Vale ainda um breve comentário sobre o título do livro de Le Goff: “Para uma *outra* Idade Média” é um conjunto de ensaios em que o grande medievalista propõe práticas e projetos para se lançar um novo olhar sobre o período (incluindo um sobre os sonhos na Idade Média, que acolhe o uso (reflexivo) do aparato psicanalítico). Sua resistência à postura em relação à postura filosófica não deixa de ser sintomática de resistências e convicções mais amplas, que ignoram ou tratam como supérfluo reflexões do tipo filosófico (ou seja, que questionem ou coloquem os pressupostos do “fazer história”).

(MALERBA, 2016, p. 75). Não acreditamos que ao refletir sobre esses temas nos afastamos do âmbito dos historiadores, mas passamos a tratar de aspectos de seu campo que, pela naturalização de seus pressupostos, não são discutidos. Conforme Lima (2016), muitos historiadores se contentam em descobrir “o que devem fazer”, negligenciando “o que estarão fazendo”. Neste trabalho, pretende-se mirar o sujeito por trás destas expectativas de conhecimento e descrição da realidade (tomado teoricamente). Ou seja, o que se deseja acrescentar aos apontamentos de Lima é a reflexão sobre “*quem faz*” a pesquisa histórica. O que justifica e delimita, no entanto, o acréscimo dessa questão?

Ao discutir em seu livro *Interpretação e método: repetição com diferença*, a interação entre sujeito e objeto e as próprias concepções de sujeito que norteiam e podem nortear a produção do conhecimento, as psicanalistas Alba Gomes Gouveia e Glória de Carvalho afirmam aquilo que acreditamos justificar a temática e as afirmações feitas aqui sobre os historiadores e sobre a citação de Hawking: “a concepção de si mesmo – sujeito-investigador – seria, necessariamente, idêntica à concepção do sujeito subjacente ao dado produzido” (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 16). E ainda, acrescentaria, esse sujeito definiria os efeitos e a utilidade esperados do dado produzido.

No entanto, a naturalização deste sujeito, a não discussão de seus pressupostos, pelos motivos que sejam, parecem construir uma limitação a funcionar como uma “couraça”, também apontada pelas psicanalistas: “Consideramos tal couraça como sendo um mecanismo de proteção, que teria por função evitar uma possível angústia suscitada pela ideia de mudança” (Ibid., p. 15).

Não é inútil e nem despropositado¹¹ que citemos aqui neste projeto as psicanalistas, pois vem da psicanálise uma concepção de sujeito que se coloca contrária ao descrito acima, aquele sob o qual se assenta a expectativa de uma explicação do mundo como a descrita por Hawking. Esta inserção justifica-se por parecer-nos que as convicções e perspectivas do sujeito que seu texto critica e propõe parecem afins à realidade dos historiadores, e utilizável pela abertura que provoca ao suscitar a questão dos limites do próprio sujeito (e, portanto, da própria produção de saber).

Ao discutir a relação entre sujeito e objeto buscando desnaturalizar a concepção de sujeito cartesiana (que será melhor apresentada abaixo) e buscar um sujeito de limitações, parece ser possível que se possam produzir novas expectativas sobre o produzir história e sobre

¹¹ Não é ideia tomar o sujeito da psicanálise conforme proposta pelas autoras (como sujeito de desejo). Sua entrada no trabalho se justifica sob a base que uma outra concepção de sujeito pode dar para reflexão teórica e metodológica.

seu significado. Longe de ameaçar a produção histórica ou negar-lhe qualquer possibilidade explicativa sobre o passado, o que o tema parece sugerir é justamente a prática daquilo que as duas psicanalistas chamam de “repetição com diferença”; justamente nas aporias do sujeito, na busca de suas limitações, de sua opacidade, que se abrem as perspectivas para que irrompa a novidade no estabelecido, a diferença no estudo do mesmo. Conforme afirma outro físico, mas numa perspectiva do mundo e da vida bastante diferente: “A física não pode dizer muita coisa a respeito desses sistemas vivos. Ela pode fornecer conhecimentos sobre estrutura materiais, energia, entropia, e assim por diante, mas a própria natureza da vida é algo que se esquia da física” (CAPRA, 2013, p. 13). Não seria exagerar que também se esquia da história. Entendendo “esquia” como aquilo que sempre escapa a qualquer explicação, aquilo que Freud chamou de “resto”; é este produto imperfeito, não porque não verdadeiro ou “mentiroso”, mas que parece melhor corresponder a um sujeito de limitações, um “sujeito como sendo sujeito de desejo e assim, necessariamente, sujeito do inconsciente, da incerteza e ao qual faltará sempre a segurança de um domínio sobre si mesmo e sobre o mundo” (GUERRA; CARVALHO, 2002, p. 16).

Não é gratuita a citação de Capra: sua concepção de física, sua noção das próprias limitações e opacidades do sujeito de conhecer a realidade *como é* (que, aliás, desde o século passado acompanham a física) são as possibilitadoras de sua tese: “a Física moderna leva-nos a uma visão do mundo bastante similar às visões adotadas pelos místicos de todas as épocas e tradições” (CAPRA, 2013, p. 31). Sua intenção se trata justamente a de rejeitar o sujeito de autoconsciência e transparência completa de si e do mundo, grosso modo, estabelecido desde o cartesianismo moderno. A abertura são suas próprias limitações de conhecer o mundo como um todo ordenado para e de acordo com a consciência do investigador. Sua intenção neste livro (que a Física, em especial a quântica, pode ser “um caminho que nos conduza ao conhecimento espiritual e a autorrealização¹²” (Ibid., p. 38), entra nesta justificativa pelo fato de que o olhar para o sujeito produtor do conhecimento e o questionamento de seus pressupostos básicos assentados desde Descartes não representa um fim para o conhecimento, mas uma condição para sua possibilidade.

¹² Autorrealização tomada pelo autor num sentido bem diferente do sentido comum (sobretudo moderno e ocidental), já que esta autorrealização é algo que não envolve apenas um ego, aquela parte da consciência que toma decisões e é chamado de “eu” – justamente aquela gestada durante a modernidade ocidental e que Capra critica (2013, p. 35). São nas noções de sujeito orientais (em especial do misticismo religioso), que consideram o sujeito como parte de um todo, e da ecologia, que pensa o humano como uma interação com seu meio (e não apenas um ego isolado) que Capra assenta sua ideia de “autorrealização”.

É a esta insegurança, esta limitação sobre o próprio sujeito que lhe tolhe a ambição de uma explicação final sobre o mundo que permite, por outro lado, que as perguntas de Hawking no início, tão essenciais, continuem vivas. A discussão deste sujeito trata-se também da afirmação da necessidade de que elas continuem assim, e permitam ao próprio saber brotar por suas aporias.

2. A história e as ciências

Em seu livro *Interpretação e método: repetição com diferença*, as psicanalistas Alba Gomes Guerra e Glória Carvalho procuram traçar, em linhas gerais, aspectos do sujeito cartesiano e seu impacto na e para a produção de conhecimento. Em sua observação da clínica psicanalítica e seu trato com os conceitos e pacientes, elas procuraram ressaltar o fato de estarem imbricadas nesse processo também. Isso é o que as leva a se afastar de uma visão oposicionista entre investigador e objeto e buscarem o impasse como forma de compreensão desta relação.

Essa separação não deixa de encontrar ecos na produção histórica, sobretudo no que se trata de afirmar o que é “verdade” dentro do campo histórico. Não é gratuito que vários temas que questionem determinados pressupostos, como o da separação acima operada, encontrem resistências dentro do grupo dos historiadores. Hayden White oferece importantes contribuições nesse aspecto. Como sintetiza Valdei Lopes de Araújo (2016, p. 9), no prefácio do livro *História e narrativa*, White:

nunca argumentou contra a certeza a respeito dos fatos históricos, da capacidade da disciplina descobri-los, criticá-los e estabelece-los, mas sim contra a crença de que os fatos conteriam em si mesmo as explicações histórico-narrativas, contra a ideia de que para cada processo histórico haveria modelos narrativos verdadeiros que poderiam ser testados com base em sua adequação aos fatos, como se o conflito de interpretações pudesse ser silenciado apenas com a crítica e o estabelecimento dos verdadeiros eventos.

Como proposta, esse trabalho pretende levar adiante uma outra possibilidade a partir do trecho selecionado: se os fatos não contem formas narrativas “verdadeiras”, como pensar estas formas narrativas? Essa maneira de pensar está assentada em um sujeito capaz de produzir conhecimentos que não confunda descrições *da* realidade com a *realidade*. É justamente por parecer óbvia a existência de tal objetivo que vale começar questionando, no campo historiográfico, a relação do investigador com objeto de estudo.

Conforme continua na apresentação do livro organizado por Jurandir Malerba, Araújo (Ibid., p. 10) salienta a posição de historiadores como Lucien Febvre, que afirma que

um historiador que recusa a pensar o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se os fatos não fossem em nada fabricados por ele, como se não tivessem sido minimamente escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra escolhido (e não podem ser escolhidos senão por ele) – é um auxiliar técnico. Que pode ser excelente. Não é um historiador.

O que os parágrafos anteriores buscam construir é uma relação entre um dado pensamento que norteia a produção científica, suas expectativas em relação à produção do

conhecimento e a colocação da história nessa discussão, no envolvimento do sujeito e do objeto, tema que contraria a expectativa cartesiana dessa separação.

Conforme Jurandir Malerba adiante no mesmo livro, os historiadores que levantavam discussões narrativistas na história buscavam, “ao fim e ao cabo, aquilo que resulta do trabalho de pesquisa, mas sobretudo, [o] que Ricouer chamou da ‘fase escritural’ do trabalho do historiador” (MALERBA, 2016, p. 17). Neste momento, a separação esperada entre o sujeito investigador e o objeto de estudo não eram possíveis de se manterem dentro dos métodos das ciências empíricas das quais durante muito tempo, e ainda hoje, certas convicções metodológicas como o positivismo exerceram profunda influência na maneira com que os historiadores conduzem seu trabalho¹³. Isso porque no âmbito “escritural”, “o cuidado com a construção textual pressupõe que já não se tome a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais” (LIMA, 2016, p. 37). A linguagem não se trata apenas de um *meio* neutro e objetivo, através do qual o historiador faz passar, objetivamente, “os fatos”. Pensar um sujeito de aporias é pensar que o que vale para a relação investigador-objeto vale também para o próprio investigador, impossível de ser totalmente autoconsciente justamente por demandar da linguagem para se descrever.

Há muitas implicações nesta afirmação, e é no esteio de algumas delas que este trabalho pretende se desenvolver. O envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa implica mais que apenas um dado de subjetividade na produção científica. Este envolvimento levanta a questão também do sujeito que ocupa esta posição, indissociável de seu objeto, mas também das condições históricas que o produziram, sobretudo (e para os limites desse trabalho) a herança cartesiana de um sujeito racional. Afirmam Guerra e Carvalho (2002, p. 52): “Tal concepção de método deixa claro o quanto o caminho proposto por esse filósofo [Descartes], embora marcado pela dúvida [o *cogito*], estaria submetido a um saber racional, absoluto. Tendo a certeza como objetivo último, teria identificado a verdade com este saber”.

¹³ Como afirma Luiz Costa Lima, “O termo positivista exige uma nota”, embora seja tomado hoje como uma herança do século XIX “[...] em que a ênfase na objetividade do relato considera ‘literário’ e, portanto, secundário, se não espúrio, o realce de sua construção verbal”, o equívoco se encontra em “identifica-lo com o legado recente de um século próximo [o XIX]”. Suas raízes remontam entre o fim do século XVII e começo do XVIII “[...] quando a separação valorativa entre historiadores e antiquários perde sua drasticidade e os vestígios arqueológicos e epigráficos se incorporam às fontes do historiador”, ou seja, uma busca maior no assentamento de um método e de um referencial capaz de valorizar como verdade a produção do historiador. “A importância da correção não é apenas de data, mas sim de explicar estar a prática positivista a tal ponto arraigada no historiador que se torna muito mais difícil convence-lo a questioná-la” (LIMA, 2006, p. 394). Esta nota também se faz importante para aclarar nossa insistência, adiante, tanto em retomar alguns princípios positivistas para discutir a produção histórica quanto para melhor referenciar a discussão.

Conforme aponta Alain Megil (2013, p. 16) na introdução do livro *Lições de história*, organizado por Jurandir Malerba, o desenvolvimento das ciências no século XIX aconteceu em conjunto com

um aumento no interesse sobre a metodologia das ciências naturais e sobre a relação entre o método das ciências naturais e o método das ciências humanas. Em alguns lugares, surgiu a visão de que os métodos das ciências naturais deveriam ser normativos também para as ciências humanas.

Não queremos entrar nos inúmeros caminhos que decorrem de se analisar as múltiplas heranças e rupturas do pensamento histórico e científico. Interessa-nos unicamente aproveitar ainda mais uma vez as considerações de Megil (2013, p. 17) sobre

o núcleo do positivismo: (1) toda ciência deve ser baseada em uma coleção de fatos reunidos de modo neutro e objetivo; (2) toda ciência deve enfatizar generalizações – idealmente, generalizações que podem ser proclamadas na forma de leis (ou aplicá-las de tal modo a produzir explicações de fenômenos particulares); (3) a ciência não deve buscar qualquer recurso na metafísica. Em outras palavras, apenas proposições que podem ser confirmadas com base em fenômenos observáveis têm lugar na ciência.

Por grande que seja, a citação nos permite avançar muito, por reforçar a concepção de certa produção baseada em resultados que possam ser aferidos em torno de fenômenos reais, ou dito de outro modo, um sujeito capaz de estabelecer descrições *verdadeiras* da realidade. Se por um lado a produção histórica muito alargou esses horizontes, por outro “parece pouco provável que a historiografia como ciência alcance o objetivo [proposto por White e citado como epígrafe do texto] de ampliar nossa perplexidade com a história, pois, como toda ciência, sua função é justamente o contrário, tornar a realidade totalmente disponível e assimilável”. (Ibid, p. 13).

Conforme aponta Oswaldo Giacoia Junior ao comentar a filosofia da história de Nietzsche (fundada justamente sobre o questionamento deste sujeito moderno, racional e apolíneo), a crítica desse filósofo visa “o *historicismo*, a concepção da história como ciência” (NUNES, 2013, p. 79). Tal concepção, assentada nos pressupostos apontados anteriormente,

perde de vista o essencial: que o sentido da historicidade da condição humana, cuja natureza essencial se determina em relação ao tempo, à passagem do tempo, nas dimensões do passado, do presente e do futuro, e portanto, em relação as experiências fundamentais do ser humano com a finitude, o sofrimento e a morte, cujo sentido somente se descerra no horizonte existencial do tempo. (Ibid, p. 93)

Tal sentido não pode ser dado sobre o fundamento da racionalidade empírica ou das convicções que ignoram as aporias desse próprio sujeito, definidas inclusive por sua perspectiva temporal. Reconhecemos que seria necessário um grande esforço teórico para definir melhor essas sobrevivências (que não se tratam diretamente dos objetivos desse

trabalho), mas insistimos que ainda pesam sobre o homem contemporâneo (e os historiadores) muitas das convicções gestadas no século XIX.

Queremos, portanto, apontar que determinadas *expectativas* de produzir ciência, fazer história e descrever o mundo correspondem a um sujeito capaz de ordenar o mundo idealmente, como se esse se tratasse de um sujeito unívoco e autoconsciente; o que este trabalho pretende discutir, em que suas falhas, limitações, opacidades, desconhecidos são sucessivamente negados e ocultados. Não neste caminho, mas na direção desta fenda: “Colocamo-nos num lugar contrário a tudo isso, concebemos o sujeito como sendo sujeito de desejo e assim, necessariamente, sujeito do inconsciente, da incerteza e ao qual faltará sempre a segurança de um domínio sobre si mesmo e sobre o mundo” (GUERRA; CARVALHO, 2016, p. 16).

Tal fenda estaria em discutir as aporias do próprio sujeito produtor do conhecimento, procurando extrair disso as consequências (e possibilidades) para o trabalho do historiador¹⁴.

O reconhecimento do papel da imaginação e da imbricação da subjetividade do historiador com seu trabalho ainda não são o fim do problema (mesmo que avance em relação à concepção científica). Ele continua quando se questiona qual o sujeito da imaginação. Se se fala nas aporias do próprio sujeito, mesmo a sua imaginação deixa de ser uma “ferramenta”, a qual ele controla e aplica conforme deliberações exclusivamente úteis e racionais. Não se quer dizer que ao discutir essas aporias se pretenda negar ao sujeito a possibilidade de qualquer produção do conhecimento, mas permitir um maior, por menor que seja, esclarecimento sobre a condição dos sujeitos que se colocam diariamente a produzir determinados pressupostos.

É de se perguntar como essa relação instável e desestabilizadora entre investigador e dado poderia ser melhor visualizada [...] No nosso entender, uma maneira de dar visibilidade a estas implicações seria por meio da formulação de uma questão, isto é, de uma maneira de se problematizar um tema, como se nele fosse aberta uma fenda com o poder de apontar um aspecto crítico do conhecimento estabelecido. (Ibid., p. 54)

Ao se discutir esse sujeito, temos como objetivo justamente “poder problematizar um tema abrindo nele uma brecha”, ou seja, as do próprio sujeito, procurando lançar a partir da investigação das aporias desse sujeito não uma *descrença* na capacidade dos historiadores produzirem conhecimento, mas uma dúvida. “O oposto da crença não é a descrença, mas a

¹⁴ Talvez se tome com mais clareza como esta discussão de sujeito pode ser vista como brecha ao se tomar a fala de alguns historiadores narrativistas quanto à “utilidade” da história narrativa. É curioso que dentro da história narrativa, em que termos como a imaginação do historiador são recorrentes, se enquadrem suas possibilidades dentro daquilo que é útil para seu campo. Não como se ela pudesse ser, como se ela só pudesse ser. Entrar na discussão do que é útil e quais os significados de utilidade parece ser justamente o tipo de questão que se quer evitar.

dúvida [...]. Provocadora do ‘sentido de realidade’ a crença é a condição para o consentimento que, de sua parte, provoca ‘a cessação da agitação teórica’” (LIMA, 2006, p. 23).

Como estamos discutindo um sujeito que também é referencial para as ciências, vale trazer a citação de Tomas Kuhn: “Na ciência, [...] a novidade somente emerge com dificuldade (dificuldade que se manifesta através de uma resistência) contra um pano de fundo fornecido pelas expectativas” (KUHN, 1998, p. 90)

Essas expectativas estão relacionadas ao que pode ser tomado como *realidade, como verdade*. Conforme apontam Kuhn e Lima, a ideia de verdade não está desvinculada de um dado recorte da realidade que procura incluir elementos considerados verdadeiros e excluir o que é tomado como falso ou mentiroso. É por isso que para Lima: “A inquietação teórica concerne à realidade do que se afirma ou à suficiência do que é afirmado” (LIMA, 2006, p. 23). Ao se questionar este sujeito produtor de conhecimentos não se questiona a possibilidade da *veracidade* no que é produzido, pois, sem dúvida, a história pode através de seus pressupostos e metodologias estabelecer, explicações coerentes do passado; trata-se de questionar a *suficiência* destes pressupostos. Assim como para Lima (Ibid., p. 37):

Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alethéia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros que nela se infiltram, assim como que *alethéia* não se esgota no plano da factualidade.

Colocar em discussão o próprio sujeito de seu conhecimento, a ser buscado não no modelo cartesiano, parece ser o caminho para possibilidades novas de produção e criação histórica. A condição indissociável de sujeito e objeto coloca a discussão em relação com a prática histórica na medida em que tornar não óbvios os critérios estabelecidos de pensar o sujeito parece-nos ser um caminho para se pensar novas práticas históricas. Conforme ainda afirmam Carvalho e Guerra (2002, p. 15):

pretendemos nos afastar, o mais possível, das esvaziadoras repetições que dão – a pontos relevantes do conhecimento produzido – a feição de algo evidente em si mesmo, incapaz, assim, de suscitar questões, tidas como condição para a emergência do que há de mais singular no dado empírico.

O sentido deste trabalho de colocar em discussão as aporias do sujeito não está em negar a possibilidade de qualquer produção, mas no de se instalar na brecha do estabelecido, pois este é quem define os limites daquilo que deve ser tido como real ou verdadeiro.

3. Compreender

Posso imaginar um novo progresso nesse raciocínio. Isso poderia acontecer se os historiadores apresentassem a história para seus leitores de uma forma que, ao lê-la, eles tivessem de criar por eles mesmos a atribuição de sentido à ideia de continuidade, usando sua própria razão. Então, a historiografia ganharia uma forma que reside na proximidade da literatura moderna. (RÜSEN, 2016, p. 57)

3.1. O que é uma representação histórica?

A representação histórica é, antes de tudo, uma representação, isto é, um artefato que toma o lugar de outra coisa. Que coisa seria essa? O passado, imaterial, inatingível, inacessível¹⁵. Que tipo de artefato seria esse? Um artefato verbal, como indicou Hayden White (1995).

Assim, a representação histórica seria um artefato verbal que toma o lugar de um ausente: o passado. Hoje, podemos dizer que tanto pela crítica quanto pelos defensores de Hayden White, o trabalho do historiador é tomado como uma *representação histórica*.

O que há numa representação para que ela seja *histórica*? Um método. O que diferencia a representação feita pelos historiadores de todas as outras representações feitas sobre o passado é o seu *método, ou o conjunto de crenças e práticas que orientam uma atividade comum e conferem – ou retiram – status de verdade a seus resultados*.

Lógica, coerente, metodologicamente orientada, a representação histórica forneceria um acesso ao *passado* – idêntico, real, diferente daquele do romancista (que também conta coisas passadas). Anna Karenina não é real, para os historiadores, porque sua *existência* não pode ser comprovada de acordo com um método (não existem fontes convincentes que demonstrem a existência *empírica* dessa personagem). Ainda acompanhando a orientação de Umberto Eco, que é quem comenta a personagem de Tolstói, ela não pertence à categoria dos “Objetos Fisicamente Existentes” (OFEs). Não a encontro nem no presente nem no passado, o que, então, a difere de uma personagem histórica. O que interessa a partir daí é a afirmação de Eco (2013, p. 69): “Decerto ninguém diria que os personagens ficcionais são OFEs. Mas isso não significa que não sejam objetos”. A questão que ele se coloca é por que as pessoas acreditam e se sensibilizam com o suicídio de Anna Karenina mesmo sabendo que ele “não aconteceu”, ou melhor dizendo, que ele depende de processos mentais de um leitor para que ganhe existência.

¹⁵ Uma lança do Egito Antigo achada num sítio arqueológico não é o passado do Egito Antigo. É um objeto a partir do qual se construirá algo chamado “História do Egito Antigo”. Não fosse assim, não seriam necessários historiadores, apenas museus.

“A única coisa que tenho certeza é que algumas pessoas se comovem com a revelação de que Anna Karenina se suicidou, mas bem poucas (se alguma houver) ficam chocadas ou entristecidas com o fato de o ângulo reto ter noventa graus” (Ibid., p.70) – supondo, como faz Eco, que o teorema de Pitágoras seja constatável mesmo sem a mente humana para dar-lhe realidade.¹⁶

Como Eco deixa claro, sabemos que um texto ficcional não “aconteceu”; “os textos de ficção falam claramente de pessoas e eventos não existentes (e justamente por esse motivo apelam para nossa suspensão da descrença” (Ibid., p. 72). A manutenção de uma dúvida já foi apontada como essencial para a própria prática de uma história que se coadune com uma busca da verdade e se separe da ficção do romancista por fazer uma demanda diferente. Claro que a prática histórica pode ser mais ou menos orientada pela *dúvida*, mas mesmo Marc Bloch, no clássico *Apologia da história* (2001), apela para que os historiadores deixem o seu “laboratório aberto”, no sentido de sinalizarem as lacunas e incompletudes de sua própria pesquisa, o inacabado-incompreendido dentro da busca que eles procuram transmitir. A dúvida é o reconhecimento (que não significa a manutenção) da opacidade. O exercício de desvelamento acontece mais próximo da incerteza do que muitos dão a parecer.

Retomando, para Eco o conteúdo de verdade dos personagens de ficção existe “porque o que lhes sucede é registrado em um texto, e um texto funciona como uma partitura [...] podemos dizer que uma partitura musical é um mecanismo semiótico que nos informa como produzir determinada sequência sonora” (ECO, 2013, p. 79). E com isso ele vincula a existência dos personagens de ficção à existência dentro de um texto, sendo este texto uma narrativa dentro da qual sejam reais esses personagens e sua *comprovação* seja possível (através da leitura do texto – a partitura –, podemos estabelecer se Anna Karenina se suicidou ou não, mesmo que isso não tenha acontecido na realidade empírica – e um músico pode produzir sons). No entanto, tais personagens podem mesmo até ter existido anteriormente ao texto (no caso dos personagens míticos e lendários) ou depois dele (naqueles casos em que as personagens sobrevivem ao texto que lhes deu origem).

Começamos a buscar verdade nos personagens de ficção para quê? Para afirmar que o historiador pode produzir suas narrativas com o mesmo uso e intencionalidade ficcional que o

¹⁶ O que ainda deixa muitas questões de pé: como seria possível que algo comprovado pela mente humana pudesse existir mesmo sem a existência dessa mente? O problema não é tão simples de se resolver pela própria maneira como o Impasse já foi apresentado, sendo difícil separar a consciência de uma verdade da própria consciência que percebe e elege tal objeto como verdade. De todo modo, mesmo assumindo fenômenos independentes dos processos mentais, tais fenômenos não constituem uma realidade total ou onicompreensiva (mantendo aqui a reflexão de Markus Gabriel, aprofundada um pouco adiante).

romancista? Não. *São trabalhos distintos*. A aporia da verdade “do que foi” identifica o ofício do historiador. Porém, se esses dois domínios foram afastados, o foram de modo a que esse afastamento pareça natural, portanto, num exercício de ocultamento, mascaramento e, obviamente, ficção sobre o mundo. Nos artigos do citado livro *História e narrativa*, de Jurandir Malerba (2016), temos como norte dos textos as discussões entre os limites científicos e artísticos da narrativa histórica. Do cotejamento entre esses textos, atenta-se para a elaboração em torno do ficcional na narrativa e a amarração desse elemento com a imaginação do historiador: “Com efeito, é absolutamente enganoso – e emerge de uma boa dose de positivismo escondido e suprimido – chamar de ficção tudo aquilo que não se configura como fato no sentido de dado bruto” (RÜSEN, 2016, p. 47).

É meu interesse aqui não apresentar exemplos dos usos da história (mesmo que isso aconteça como reflexo do próprio trabalho), mas ampliar a capacidade para a visão do *dado bruto*, capaz não apenas de distribuir objetos (dados brutos) de maneiras distintas, como também de pensar mesmo as maneiras pelas quais a consciência do historiador escolhe organizar esses objetos, por que e para quem espera organizá-los, como fazê-lo e, mais importante, o próprio campo de *sentido* no qual se arranjam os objetos a se configurarem como “dados brutos”. A partir daí é possível estabelecer outros campos e com eles interagir.

Retomo Markus Gabriel para pensar a ideia de “conhecimento científico” como parte de um campo de sentido: o do próprio “conhecimento”; o científico é um dos conhecimentos possíveis – e com meios – para se chegar a verdades. Ao longo do trabalho, procurei contrapor à visão que busca construir este campo como um campo privilegiado de sentido uma outra que se encontra com as limitações do sujeito, buscando compreender a representação histórica a partir delas, e não as ignorando. Mesmo que se trate, em primeiro lugar, de tomar a aporia tão próxima de tudo aquilo que se liga ao indeterminável, do sujeito e da linguagem, atravessado pela história como um campo de sentido em conexões múltiplas com outros campos.

A história se caracteriza como um campo de sentido, de caráter “transfinitamente múltiplo” (GABRIEL, 2016a), interagindo com um complexo amplo marcado pela ambiguidade e pela precisão. Por serem complexas, tais ambiguidades, entretanto, não esgotam as possibilidades de verdade. A prova é a própria possibilidade do conhecimento. Como diz Todorov (1992) no prefácio de seu *As morais da história*, o que deveria surpreender não é a quantidade de caos no mundo, muito menos menosprezar sua imensa superioridade em relação à ordem; mas por isso mesmo é tão surpreendente que exista alguma ordem.

O que a reflexão proposta por Gabriel permite encaminhar é que apesar dessa ordem não se pode dizer que exista “a” ou “uma” ordem. Por isso o mundo não pode existir. Não

enquanto um conjunto que abarque todos os outros, inclusive a si mesmo. Isso não se amplia para a história descomprometida com a verdade ou com o passado, mas a liga a um conjunto muito mais amplo de reflexões que não busca encontrar um mundo reflexo de si, ou que fale seu idioma, como alienígenas que falam inglês nos filmes americanos. Aí deveria entrar o papel do estranho, representado na figura – intrusiva – do Outro. Outro, este, ao qual tanto os historiadores quanto seus leitores estão submetidos, e que a escrita daqueles pode refletir uma ou outra condição humana. O melhor modelo do alienígena seria então o *Alien*, como o representou Ridley Scott, em 1979, e como o filósofo Slavoj Žižek (2010) o relaciona à lamela lacaniana: a “criatura mítica”, o irreduzível que sempre (encontra uma maneira e) retorna. Uma agressividade inconciliável, com a qual não é possível acordo. Sim, a questão beira a sobrevivência.¹⁷

Mas só pode ser assim por não deixar de se encontrar com as forças mais variadas que constituem o mundo e nos escampam, mesmo que o animem (no sentido de conferir-lhe vida). Portanto, tal contato apesar de arriscado, imponderável em amplo sentido, possibilita a superação da sobrevivência como simples reprodução da existência, levando-a ao aprendizado, à transformação, à resistência e à mudança. Se tomarmos o filme de 1979 em torno da personagem Ellen Ripley, interpretada por Sigourney Weaver, vemos que a protagonista não se apresenta imediatamente: Sigourney aparece como coadjuvante nas cenas iniciais até a metade do filme (o que é surpreendente para um protagonista); sua identidade aparece não como um reflexo de si construído conforme sua vontade (*idem*), dada como pronta, mas como resultado de um esforço de vontade sobre o mundo e vice-versa. Isso a coloca numa situação em que o contato com o mundo caminha com o embate, em que as forças externas não reproduzem a ideia da preservação do simulacro humano das identidades, mas caça seu direito de existência (é o inconsciente que irrompe contra a prepotência do *cogito*). Mas

Este real da lamela deve se opor ao outro modo do Real, o científico. Para aqueles que costumavam desconsiderar Lacan como apenas outro relativista pós-moderno, isso pode surpreender: Lacan é resolutamente anti-“pós-moderno”, opondo-se a qualquer noção de ciência como apenas outra história que nós contamos sobre nós mesmos, uma narrativa. [...] Para Lacan, o problema é que esse real científico é precisamente o que nos falta completamente. [...] O que nos separa, os seres humanos, do Real, alvejado pela ciência, o que o torna inacessível para nós? Não é a teia de aranha do imaginário (ilusões, percepções equivocadas), que distorce o que percebemos, nem o “muro da linguagem”, a rede simbólica através da qual nos relacionamos com a realidade, mas outro real (ŽIŽEK, 2010, p. 81)

¹⁷ No livro de Žižek (2010, p. 80-81) que vamos discutir, ele apresenta a lamela que “representa o real em sua mais aterrorizante dimensão imaginária, como o abismo primordial que devora tudo, dissolvendo todas as identidades”.

Por seu conteúdo subjetivo e humano, a história não pode pretender sua aproximação deste real simbólico objeto da ciência: a sua realização seria justamente a retirada do que pretende estudar. Por isso mesmo o mais inveterado historiador positivista ainda terá feito história, e mesmo aqueles que se julgam em ruptura com tal pensamento ainda estarão menos afastados dele do que pensam, pois suas concepções estão assentadas em princípios mais amplos e arraigados. O exemplo que Zizek (Ibid.) cita para ilustrar esse conteúdo humano (o sonho da Injeção de Irma, de Freud, um dos mais importantes em *A Interpretação dos Sonhos*) representa esses dois níveis do real: num primeiro momento, Freud, em seu sonho, se encontra com uma paciente que foi incapaz de curar na vida desperta e ela a pede para que examine sua garganta. Ela reclama de dores e seu sonho a associa ao sentimento de culpa e vergonha que ele sente e sob o qual se assenta o conteúdo reprimido que motivou o sonho, por não ter sido capaz de curá-la.

Já na parte seguinte de seu sonho, Freud se encontra com três médicos com os quais discute o tratamento de Irma, enquanto aparece, desencarnada, a fórmula da trimetilamina: “real científico, o real de uma fórmula que expressa o funcionamento automático e insensato da natureza [...] se começamos com o simbólico (a discussão entre os três médicos), obtemos linguagem privada da riqueza de seu sentido humano, transformada no real de uma fórmula sem sentido” (Ibid., p. 83). O que o filósofo esloveno busca expor através do sonho de Freud é justamente a percepção de um Real a ser chamado de a realidade, uma substância que *apesar* de toda rede simbólica não pode ser percebida:

O que tudo isso significa é que, para Lacan, o Real, em sua forma mais radical, tem que ser totalmente dessubstancializado. Não é uma coisa externa que resiste a ser pego na rede simbólica, mas as fissuras dentro da própria rede simbólica. O Real como a Coisa monstruosa por trás do véu das aparências é precisamente a atração final. (Ibid., p. 91)

A questão não é que não seja possível um real científico nem que a ciência *não* descreva um “real”; ele é possível justamente porque nas ciências “duras” as leis que estas buscam descrever estão contidas nos objetos (de maneira semelhante a aludida por Eco anteriormente) ou pelo menos continuariam a se comportar na forma de determinadas interações mesmo sem a mente humana para (de)cifrá-la.¹⁸ Mas a aproximação da história de métodos e convicções das ciências (e vimos o efeito da disseminação dessa aproximação na primeira parte) ocultam

¹⁸ Entretanto, os desenvolvimentos da física e da mecânica quântica entrelaçam “objetivamente” sujeito e objeto observado, sendo que a observação de certos fenômenos *necessariamente* depende de um observador para serem determinadas (os exemplos mais célebres seriam o Princípio de Incerteza de Heisenberg e o gato de Schroedinger). Veja-se, a esse propósito, Greene (2005).

a dimensão da ficção na representação histórica (com a conseqüente exclusão da subjetividade historiadora) e desprezam que o entrelaçamento profundo entre os sujeitos e seus objetos de estudo, além dos sujeitos para quem destinam seu conhecimento.

Convém aprofundar mais. As ciências naturais lidam com tipos de fatos que podemos tomar como estabelecidos, em algum nível do real, nas próprias coisas (mesmo que, como a fórmula impessoal e inumana no sonho de Irma, essas explicações não possam se impor sozinhas ao humano, a não ser numa angustiante forma desencarnada e impessoal). Não deixamos de lembrar aqui uma cena do seriado da HBO, *Westworld* (2018) – um parque de diversão que reconstrói o Velho Oeste americano através da montagem não só de cenários e acontecimentos passados: os “anfitriões” são androides que foram fabricados com memórias e traços de personalidade para representar personagens históricos (em sua maioria comuns, como fazendeiros, taberneiras etc.). A questão que aqui aparece é a apresentada no início da segunda temporada, em que uma das anfitriãs está sendo submetida a um teste de inteligência. Na conversa, Dolores (a anfitriã) confronta seu interrogador sobre o significado de um dos sonhos que ele contava para ela, ao que ele responde que os sonhos não passam de “ruídos”. Não são reais. Insatisfeita, ela então pergunta a ele: “O que é real?”. E ouve em resposta: “O que é insubstituível”.

Longe de estar satisfeita, Dolores nega essa resposta. Mas, paremos por agora e fiquemos com o que foi colocado até o parágrafo anterior: a definição do interrogador não seria estranha à colocada por Zizek (2010) anteriormente. Ou seja, o real descrito pelo entrevistador é o mesmo do real científico, aquele que independentemente da explicação ou do explicador seria inegável (e independentemente do conteúdo humano ou subjetivo). O que o interrogador busca estabelecer é a irrevogabilidade do real e de suas leis, como as que regem e limitam o comportamento dos androides. Não à toa, Dolores rejeita essa explicação¹⁹: é esse conteúdo que torna relevante o real. A consciência dos androides, sua “humanização”, é justamente o que permite reelaborar as leis predeterminadas de seu comportamento.

Tomemos a caracterização de Lacan das “ciências duras” como lidando com o que ele chama de *savoir dans le réel* (conhecimento no real): é como se houvesse um conhecimento das leis da natureza diretamente inscritas no Real dos objetos e processos naturais – por exemplo, uma pedra “sabe” que leis de gravidade obedecer quando está caindo. Pode parecer que aí reside a *diferença* entre a natureza e a história: na história humana, “leis” são normas que podem ser esquecidas ou de outra forma desobedecidas. Há uma cena arquetípica dos desenhos animados que se baseia em seu efeito cômico precisamente na confusão desses dois níveis: um gato anda flutuando

¹⁹ E não podemos deixar de reconhecer que ela é um dos androides que justamente passa a desenvolver um lado “humano”. E como se descobre depois, mesmo o interrogador era um androide, e as leis que ele buscava representar e seguir passaram a entrar em contradição justamente com seu conteúdo subjetivo interior.

no ar acima do precipício e só cai depois de olhar para baixo e tomar consciência de como não tem apoio sob seus pés – como se tivesse momentaneamente esquecido as leis naturais que seu corpo tem que obedecer, e tem que ser lembrado delas. (Ibid., p. 94, grifos meus)

Procurar aproximar as explicações e compreensão histórica da compreensão de Real familiar às ciências não seria beirar a perder essa *diferença*? Assim não é quando o significado dos acontecimentos é apresentado como pré-determinado ou representado como concluído? Se o oposto disso fosse uma proximidade do romance moderno, não seria justo na ficção que essa diferença poderia aparecer? Não na forma da mentira ou do engano, mas de um Real humano/humanizado e por isso mesmo fraturado. Pensemos ainda em um funeral: a experiência do luto pelos familiares poderia ser consolada pela descrição científica da causa da morte e do processo de decomposição que se lhe segue? Sabemos, como Dolores, que a verdade é mais do que a descrição ou compreensão de um fenômeno, mas também de como ele pode ser interpretado e enquadrado, através da experiência, em uma narrativa pessoal (ao mesmo tempo em que também é universal ou pelo menos tem ou ganha sentido para outros).

Este elemento ficcional, em que a representação do mundo não se limita a uma descrição dele, mas inclui também a imaginação subjetiva, a linguagem etc., é o que possibilita a construção de um futuro que não seja fechado na própria experiência do presente. A possibilidade de se separar das leis do real (mesmo na busca do efeito trágico ou cômico), ou de reinscrever as leis inscritas no real pode ser pensada a partir do espaço ficcional, a saber, aquele em que o pensamento seleciona, explora, ignora, aprofunda, relaciona etc.

Refletir sobre história é um tema, pois todos refletimos sobre história. Mais que outras coisas, essa parece ser uma conexão ampla entre qualquer historiador de ofício e uma outra pessoa. À parte os métodos, os procedimentos ou a intenção, o envolvimento dos sujeitos com a história torna inegável sua imbricação mútua. Na história, falamos de diversos sujeitos postos numa mesma relação: os sujeitos representados, os que representam e os para quem se faz essa representação. Claro que isso se dá em diferentes condições dentro dessa relação, mas o que ela coloca em comum aos três é a simultaneidade entre eles, que deve existir para a produção de sentido. Essa simultaneidade não é cronológica, mesmo sendo temporal. Assim, proponho o seguinte quanto à representação histórica – relativamente ao historiador, à representação histórica e ao público: quem representa, quem é representado e para quem se representa.²⁰

²⁰ Não haverá uma insistência aqui em descrever características variáveis de método ou de abordagem, mas em procurar entender como a compreensão histórica é marcada por um método, algumas de suas raízes e alguns de seus efeitos. Não se trata de negá-los para eliminá-los, o que não impede de se colocar contra eles, no sentido de desnaturalizar suas supostas obviedades.

Visto assim, o que articula passado e método? O historiador. O historiador é o articulador entre as fontes e o método, e nesta consciência podem se principiar relações novas com a ficção.

Em suma, pode-se dizer que a narrativa histórica é uma estrutura persuasiva. Ela transmite um conteúdo específico da forma pretendida pelo autor [...]. O fator artístico fundamental utilizado para constituir e ligar a narrativa, tanto em suas dimensões vertical e horizontal, é a imaginação do autor e o sentido de *obviedade* experimentado pelo destinatário. (TOPOLSKY, 2016, p. 47)

Já desde a epígrafe que abre esta seção, destaca-se que o papel da imaginação histórica não se resume a um modo realista de descrever fenômenos no mundo. Sua implicação mais ampla é uma desconstrução da ideia de ficção associada a mentira, falseamento, ilusão etc. Sem essa desconstrução, os registros possíveis em que a realidade pode ser vista, pensada e representada são condicionados por um determinante “núcleo duro” do real, que imporia sempre a tarefa de esmiuçar para representar mais fidedignamente este mundo. A crítica a esse tipo de realismo, muito próximo ao do século XIX e dos desenvolvimentos das ciências naturais, não implica que o realismo não seja possível nem que a realidade seja inalcançável. Markus Gabriel (2016a) e o Novo Realismo (apresentado aqui através das ideias deste pensador), em desenvolvimento tanto na Europa quanto na América por meio de um intenso debate, são nesse sentido uma contraparte a essa postura, sem se manterem presos aos formalismos rijos construídos pelo realismo precedente. Acreditar que por ser um movimento filosófico ele não interfere ou reflete na prática histórica é desprezar a própria historicidade do presente, em que as ideias (em sua manifestação e reprodução) são fenômenos significativos do tempo histórico.

Para o historiador Jerzy Topolsky (2016, p. 57), na historiografia moderna “o leitor está exposto a um processo acabado de atribuir sentido à experiência temporal”. Não se trata de uma experiência do tempo rica, mas uma experiência do tempo enriquecedora que está sendo perdida (e essa diferença não só é assinalável como fundamental). De acordo com Topolsky em seu texto sobre o papel da imaginação do historiador, o sentimento de *obviedade* não é criado apenas pelo historiador, envolve seu público, aquilo que dele se espera e é figurado através da palavra. Neste sentido que a estrutura da narrativa histórica será uma estrutura persuasiva. Negar essa estrutura é procurar remover-se do lugar de sujeito envolvido-interessado (o que parece ameaçar a verdade), para quem o passado representado é inextricável da própria subjetividade que o engendra.

3.2. Método e ficção

Existem métodos a partir dos quais um indivíduo pode se habilitar a assumir a condição de historiador. Aplicando o método, ele ou ela poderá alegrar-se em produzir algo ao qual chamará de *história*, pois como historiador, isso seria o que poderia produzir. Pode-se ainda, como historiador, dar a essa produção uma gama enorme e profundamente diversificada de utilidades e significado; todas fundamentadas na certeza de ser este o passado, pois produzido por um historiador e orientado metodologicamente. Não deve haver incerteza nisso. Ou deve?

Aqui, ao começar este exercício de borderar as fronteiras da ficção não se trata de uma suspensão do juízo ou da verdade, nem da realidade. Não é possível seguir adiante negando as implicações éticas destas afirmações, e por consequência, suas implicações para o tipo de história que se busca. Ao aproximar o conteúdo ficcional do que é tido como realidade, ou vice-versa, acaba-se por beirar a contenda do revisionista sobre o holocausto: como o passado só pode ser representado, e nunca alcançado de fato, e ainda por meio da imaginação do historiador, mesmo que busque produzir dentro da narrativa uma lógica metodológica *qualquer* coisa pode ser afirmada como história? Afirmar que não existe o mundo, ou a realidade, não implica dizer que qualquer narrativa vale? Estaríamos então prestes a negar a existência dos fatos, aceitando apenas as interpretações?

A discussão aqui coloca em xeque a separação entre a descrição dos fenômenos factuais e sua inscrição numa narrativa produzida pelo historiador para organizar os fatos; essa narrativa supera uma mera descrição dos fenômenos observados, como no caso das ciências naturais, efetuando explicações e atribuições de sentido para esses fatos. O que isso diz é que tanto a sua determinação quanto sua explicação passam por projetos e escolhas (conscientes e inconscientes) dos historiadores. Mais ainda, esta estrutura deve ser persuasiva devido ao inacessível do passado, uma vez que este nunca se mostra diretamente ao historiador. Mas o problema está em tornar uma reflexão da história, muitas vezes, apenas em uma discussão sobre como aprimorar e desenvolver a metodologia existente, sem desconfiar-lhe dos pressupostos – o que constituiria o primeiro exercício para uma reflexão.

A existência dos fatos não elimina a das interpretações, o que geralmente se pensa ser “ver o mundo como ele é” está na expectativa de um mundo como dado, como realidade bruta inegável e, portanto, contra a qual a resistência é tanto mais patética quanto mais “óbvios” se fizeram os fatos. O que não pode passar despercebido é que mesmo a defesa dos fatos se trata de uma interpretação. Não quer dizer que todas equivalem entre si, mas que os fatos são também um campo de disputa em que se exercem as interpretações, e vice-versa. Isso é parte do

problema: o mundo também não aguarda pacientemente nossas interpretações e convenções sobre o que venham a ser os fatos. O que irrompe, na forma bruta da coisa em si, que existe, não é sempre resultado dos esforços de nossas ambições ou da nossa busca de verdade. O que quer dizer que os fatos também podem ser modificados pelas interpretações: positiva e negativamente, e que não deixamos de moldar a verdade para que ela exista.

Na forma da circulação de mercadorias (e no rápido esfriamento após seu consumo) vemos a corrida incessante pela reprodução de uma vida em que o tempo, o tempo da palavra e a construção do tempo pela palavra e pela linguagem são deixados de lado pela satisfação obtusa: incapaz de qualquer outra coisa senão satisfação do desejo (muitas vezes criado e transformado em necessidade pelo mercado e pela propaganda²¹). Sujeitos jogados num tempo que não possuem, atolados por uma sucessão de presentes que não compreendem e que se dissolvem em amnésia ou numa memória incapaz de reconstruir o passado de modo a criar transformações: o futuro existe apenas como um futuro-presente (um imediatismo quase crônico em sua busca de desesperada realização de desejos), em que a satisfação seguinte deverá ser substituída por outra, e pela próxima.

Esquecemos muito facilmente que os historiadores são também, em sua maioria, professores. Negamos ou omitimos o fato de que a perspectiva de história que desenvolvemos irá marcar o modo como narramos o passado e apresentamos a outros o saber histórico. Mas quando realmente assumimos os desafios dessa tarefa? Afinal, o que fazer? Como não reproduzir tantos dos jargões que ouvimos e criticamos durante todos os estágios ou durante a experiência discente? A escrita não é também uma experiência com a linguagem e a alteridade, sempre dependente de como os fatos serão estabelecidos? Poderia ser desse jogo entre a linguagem e a alteridade que se compreenderia a verdade (justamente porque ela não está pronta)?

Pois isso é o que há de interno e externo, ao mesmo tempo e de universal e pessoal: a ficção é o espaço da escrita e da leitura em que o real “pode crescer”, porque sempre que alguém escreve acrescenta algo àquilo que descreveu. Se refere àquele algo na própria descrição: um “algo mais” que têm relação com o indivíduo que escreve, mas nunca se resume apenas a ele e por isso pode ser transformador ou cristalizador, afetando o próprio mundo.

²¹ Não pode ser descartado ainda o conjunto de informações armazenadas pelas empresas de tecnologia atuais (como o Facebook, o Google, a Microsoft etc.) e utilizadas, através de potentes processadores de dados, para gerar perfis com tendências individuais: de eleitores a consumidores. Tal quantidade de informação e processamento pode permitir decidir quais preferências um candidato pode procurar satisfazer ou mesmo quais produtos nos interessam, nos faltam ou podemos estar predispostos a desejar.

3.2.1. Ficção (em três momentos)

Desenvolveremos a ideia da ficção em três momentos: 1) aquele em que veremos um pouco do que levou da história *magistra vitae* à História *Geschichte*; 2) aquele em que exploraremos o “relato historiográfico” como “uma ficção verbal”; 3) e aquele em que veremos a resposta à pergunta: qual o estatuto epistemológico da explicação histórica? Esses três momentos se articulam numa abordagem da ficção que não pretende descrever o que é ficção, ou fazer uma história da ficção. Mais especificamente, buscam responder à uma pergunta: qual o conteúdo ficcional da representação histórica? Ou na forma aparentemente simples da pergunta de Michel de Certeau: “O que os historiadores fazem quando fazem história?”.

1) Aquele em que veremos um pouco do que levou da história magistra vitae à história Geschichte

A compreensão da história como um artefato discursivo a partir de dimensões metanarrativas está entre as principais propostas de Hayden White. Para entender a importância do trabalho de White é preciso dispor de uma operação de resgate da tradição com que ele procurava dialogar (e questionar). A questão se torna mais difícil uma vez que para podermos nos situar adequadamente precisaremos acompanhar um processo complexo, que, para nós, começa com o destronamento da história *magistra vitae* e a definição de um novo conceito de história (que carrega também um novo posicionamento a respeito da narrativa).

Definida por Cícero como “mestra da vida”, a história ocupou durante séculos um papel que era o de “ensinar”, através de uma coleção de “exemplos”; a história possuía um conteúdo moral e moralizante, inseparável da operação do historiador, a saber: narrar os fatos do passado, *de modo a persuadir os ouvintes*. Ao falarmos da intenção persuasiva deste discurso nos encontramos com uma concepção de história que, na antiguidade, não igualava a narrativa ao grau de correspondência entre o que era dito e o que “realmente tinha acontecido”. O objetivo do orador era fazer com que seus ouvintes cressem na verdade moral contida naquilo que ele dizia²². Neste duplo aspecto vemos a história atuando sob uma égide em que a “verdade” não era correlata ao “fato”, mas a uma determinada correspondência entre aquilo que seria narrado e aquilo que se queria ensinar (um conteúdo moral valorizado). Mesmo os teóricos do século XVIII, nos dirá White, “Conquanto [...] distinguissem um tanto rigidamente (e nem sempre com uma adequada justificativa filosófica) entre ‘fato’ e ‘fantasia’, em geral não viam na

²² A história ciceroniana carrega a concepção de que a história contém “exemplos” e através deles é possível não repetir os mesmos erros do passado (KOSSELECK, 2006).

historiografia uma representação dos fatos não desvirtuada por elementos de fantasia” (WHITE, 1994, p. 139). Quando e como ocorrerá a ruptura com esta determinada concepção de história? Podemos começar tentando compreender, para isso, quando a convicção de uma história como “mestra da vida” começa a entrar em declínio.

Desde o advento da modernidade, operou-se mudanças importantes na concepção da importância do passado, da tradição e do que ele poderia nos ensinar. “Até o século XVIII”, diz Koselleck, “o emprego de nossa expressão [história mestra da vida] permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas” (KOSSELECK, 2006, p. 43). Podemos perceber desta mentalidade o registro não só de uma dada concepção histórica, mas de um outro tempo histórico, em que “quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos” (id., ib.). Mas é sob o signo da modernidade que a importância do passado começa a ser questionada, uma vez que as transformações vão se acelerando e a própria sociedade começa a desenvolver novos pressupostos para encarar e explicar o mundo e a si mesma. É um marco diferencial da modernidade a atitude de pensar a si própria.

Acompanhando a modificação dos conceitos se percebe um “deslocamento²³ lexical que esvazia o sentido do velho *topos*” (Idem, p. 48) com a incorporação da palavra “Geschichte” ao léxico alemão, que “significou originalmente o acontecimento em si [...]” em detrimento da antiga palavra “*Historie*”, “que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido [...]”(id., ib.). Deste modo é possível concluir com Koselleck que a nova expressão “alude antes ao acontecimento [*Geschehen*] em si do que a seu relato” (id., ib.). Essa modificação é essencial porque percebemos que o aspecto *persuasivo*²⁴ da história narrativa é solapado e ocultado (esse gesto deve ser notado pois ainda é reproduzido, com prejuízo para a ficção). Com o desprestígio da narrativa, tão forte no caráter moralizante da história mestra da vida, também entra em decadência este *topos* dependente da retórica.

O novo conceito passa a carregar uma nova concepção de história, que é vista como um “progresso ou evolução, sobretudo história do progresso” (HARTOG, 2001, p. 180). O que

²³ Para Koselleck, o ocaso da história ciceroniana “oculta-se” por detrás de “um processo bastante complexo, que seguia sua trajetória ora de maneira invisível, lenta e sorrateira, ora repentina e abruptamente, e que por fim foi acelerado conscientemente” (KOSSELLECK, 2006, p. 48), o que nos encoraja a encarar as mudanças descritos como um processo que mantém, apesar das rupturas e modificações, vinculação com o presente.

²⁴ “Foi abandonado, certamente, o espaço da retórica que pressupunha a partilha entre as *res gestae* [as ações e os fatos] e a *historia rerum gestarum* [a sua narrativa]” (HARTOG, 2011, p. 180).

tanto Koselleck quanto Hartog irão demonstrar é que esta nova história passará a ser uma História, um “coletivo singular” (KOSELLECK, 2006, 50-51), uma reunião de todas as histórias num Todo que transcende suas as partes e que “vai definir-se, finalmente [...] como um conhecimento de si mesma: autocompreensão no e pelo tempo” (HARTOG, 2011, p. 180). Posto assim, a narrativa não ocupa mais o lugar que ocupava com a concepção de história mestra da vida e seus elementos retóricos, mas passa a ser uma busca do passado em si mesmo, dos fatos e dos acontecimentos. Dentro de seus novos objetivos, a história desenvolverá também novos métodos que se consolidarão aos poucos, até que na primeira metade do século XIX serão reunidos e formalizados numa disciplina acadêmica comprometida não com os desejos pedagógicos-morais do velho *topos*, mas com uma perspectiva cientificista das disciplinas que também aparecem no período, como a sociologia e as ciências naturais. Desta parte, guardemos a ideia da ocultação da narrativa: veremos em seguida como ela passou a ser referida (mesmo que negativa e ou indiretamente) pelos historiadores e que dimensão procurou substituir-lhe. Neste ponto, nos defrontaremos com seus aspectos marcadamente mais poéticos.

2) *Aquele em que exploraremos o “relato historiográfico” como “uma ficção verbal” – ou porque os historiadores não querem ser poetas*

Ao citar um episódio narrado por Friedrich von Raumer, um historiador do século XIX, Reinhart Koselleck nos conta como ele “no calor dos debates sobre o saneamento das dívidas da Prússia, [...] se arrisca a uma mentira” (KOSELLECK, 2006, p. 41). A história que Raumer nos conta narra um embate entre ele e o chefe do ministério das finanças da Prússia oitocentista a respeito da “impressão de grande quantidade de papel-moeda”. Depois de vários debates, temos o seguinte diálogo iniciado por Raumer: “Mas senhor Conselheiro Privado, o senhor certamente se lembra que já Tucídides falava o mal que sucedeu quando, em Atenas, decidiu-se imprimir papel-moeda em grande quantidade” (Ibid., p. 41). Esta seria a mentira contada por Raumer, uma vez que ele “sabia que os antigos jamais conheceram papel-moeda. Usou a mentira – recorrendo de maneira retórica à erudição de seu oponente – porque podia calcular o efeito dela [e, portanto, esperar dela um efeito persuasivo]” (Ibid., p. 41). Raumer “conhecendo seu homem” (como ele mesmo diz), escuta a resposta que lhe agrada: “‘Essa é uma experiência de grande importância’, respondeu seu ouvinte em tom conciliador, deixando-se assim convencer, para manter a aparência de erudição” (Ibid., p. 41). Disso tudo, Koselleck (Ibid., p. 41) exemplifica o “velho *topos* de que a história é a mestra da vida. O conselheiro apega-se a essa fórmula, e não a um argumento objetivo: história *magistra vitae*”.

Tal atitude apontada pelo autor carrega consigo uma determinada perspectiva de passado (que o toma como conteúdo de referências), ancorada em uma confiança no valor de seus exemplos. Conforme já salientamos, não se tratava da crença de uma suposta correspondência entre o conteúdo da produção historiográfica e os “fatos”, “entretanto, no começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores, identificar a verdade com o fato e considerar ficção o oposto de verdade”. White (1994, p. 140) nos lembra de que “a historiografia tomou forma como disciplina erudita contra o pano de fundo de uma imensa hostilidade a todas as formas de mito”. White não deixa de nos sinalizar a importância da Revolução Francesa, que passa a funcionar como um paradigma em que “era imperativo colocar-se acima de todo preconceito”, seja ele “partidário, utópico ou [de] vinculações sentimentais a instituições tradicionais” (Ibid. p. 40). Juntas, a Revolução Francesa e a ascensão da história *Geschichte*, estabelecem “no pensamento da época, a desmitificação de qualquer campo de pesquisa [o que] tendia a ser igualmente equiparada à desficcionalização desse campo” (Ibid. p. 40).

Acompanhando também as transformações trazidas pelo iluminismo, White (1994) estabelece que a história passa a ser orientada pela ideia de que seu trabalho deve corresponder a determinada reprodução dos fatos “tais quais eles aconteceram”, buscando, como já dissemos, neutralidade e objetividade em sua produção, o que significava o afastamento de qualquer tipo de arte. A racionalidade emergente do período via nas ciências e nos progressos do conhecimento o meio mais eficaz para a realização de uma utopia antropocêntrica. Das tintas com que pintam seus trabalhos hoje, os historiadores são herdeiros, entre outros, da concepção cientificista característica dos ares do XIX: em conjunto com a ascensão do status das ciências naturais e do discurso científico, da busca em observar a realidade e através da neutralidade eficiente dos conceitos, descrevê-la, os historiadores passaram a assentar a legitimidade de sua prática nos pressupostos que orientavam a sociedade numa busca da verdade atrelada a uma busca empirista da realidade. Enfim, “a história se constituiu como disciplina, na segunda metade do século XIX, ao preferir, com base no modelo das ciências naturais, a ciência ao invés da arte” (HARTOG, 2011, p. 174).

Para esta história, “a narrativa é sinônimo de pedantismo ou de ingenuidade”, uma vez que ela passa a ser uma “ciência” de observação, [...] análise, leitora de documentos que, um dia talvez, culminará na síntese e na dedução de leis” (Ibid., p. 174). Esta concepção culminará

na chamada “escola metódica”, de forte caráter positivista²⁵ e contra a qual um grupo de historiadores franceses do século XX declarará guerra: a Escola dos Annales. Sua polêmica se dará em torno da rejeição de vários pressupostos da escola metódica, como sua limitação no uso de documentos e de novas formas de documentação, e buscará novos temas históricos operando ainda uma “rejeição da narrativa” (Ibid., p. 175).

O acontecimento passa a ser encarado, em si, como algo de pouco valor. Os Annales não acreditam que sua tarefa deva ser simplesmente reconstruir os “fatos”, mas “tendo-se tornado econômica e social, a história pretende, pela parte que lhe compete, contribuir para a construção dessa nova ciência da sociedade sobre si mesma” (Ibid., p. 176). Essa nova “ciência da sociedade” são as ciências sociais, “para quem o objeto da ciência já não é o indivíduo, mas os grupos sociais; tampouco a sequência dos acontecimentos em sua superficialidade, mas o repetitivo e a série” (Ibid., p. 173-174).

Apesar das extensas contribuições dadas por estas escolas, o que acaba de ficar demonstrado é que ambas, a partir de pressupostos por vezes diferentes, por vezes semelhantes, procuraram construir uma disciplina histórica afastando-a teórica e metodologicamente de qualquer proximidade com a ficção ou a arte e partindo de uma omissão do aspecto narrativo do fazer histórico. É justamente a respeito destes dois pontos que White se posiciona diante ambas as escolas, na medida em que negam ao historiador qualquer similaridade com o poeta. Trata-se de colocar a questão nos seguintes termos: “O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores e escritores imaginativos²⁶. O que nos deveria interessar na discussão da ‘literatura do fato’ ou, como preferi chamar, das ‘ficções da representação factual’” é que “embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos” (WHITE, 1994, p. 137).

²⁵ Em importante nota, Luis Costa Lima ressalta as antigas origens do positivismo “entre finais do século XVII e começos do XVIII, quando a separação valorativa entre historiadores e antiquários perde sua drasticidade e os vestígios arqueológicos e epigráficos se incorporam às fontes do historiador” (LIMA, 2006, p. 394). A partir daí a reconstrução factual passará a ser cada vez mais o objetivo do historiador, dentro de uma concepção em que “a ênfase na objetividade do relato considera ‘literário’ e, portanto, secundário, se não espúrio, o realce de sua construção verbal” (Ibid., p. 394). Hartog (2011, p. 174) sintetiza a aversão à narrativa, vista como “sinônimo de pedantismo ou ingenuidade”, com os alertas de historiadores do XIX para que o historiador evite “endomingar-se” ao produzir seus textos.

²⁶ Por si só essa afirmação seria deveras polêmica para o historiador de qualquer uma das escolas que abordamos, uma vez que rompe com a ideia de que os historiadores contam “o que realmente aconteceu”, com criteriosas distinções científico metodológicas que devem resultar no fato “tal como”; para estes historiadores a produção do historiador corresponde à “verdade”, enquanto a do poeta equivale à ilusão. Abordaremos essa questão na próxima parte.

3) e aquela em que responderemos à primeira pergunta: qual o estatuto epistemológico da explicação histórica?

“[...] puramente [...] um artefato verbal que intenta ser um modelo de estruturas e processos há muito passados e, por isso, *não sujeitos* a controles quer *experimentais*, quer *observacionais*” (LIMA, 2006, p. 18, grifos meus). A resposta dada por White e salientada no texto de Costa Lima pode ser compreendida nas seguintes partes: 1) o que os historiadores produzem não é o passado, mas um “modelo”, um “substituto”; 2) pela sua própria essência representativa e não material, a produção historiográfica não pode ser entendida como uma ciência (no sentido concebido a partir do século XIX, que tem como princípios fundamentais os princípios que grifamos na última passagem – que não são possíveis ao historiador). Em que consiste então esse “modelo” e em qual novo “lugar” ele situa a produção historiográfica?

“Vistos apenas como artefatos verbais, as histórias e os romances são indistinguíveis uns dos outros” (WHITE, 1994, p. 138). O que White procura colocar é que tanto o historiador quanto o romancista são elaboradores de enredos, de *mitos*; são eles que nos permitem vislumbrar uma dada realidade (que, conforme indicado por White, não está sujeita a controles *experimentais* e *observáveis*²⁷). Num primeiro momento a palavra mito pode confundir, no entanto, se retomarmos seu sentido clássico evidenciado desde a *Poética* de Aristóteles (texto com o que nos defrontaremos agora), podemos evitar conclusões equivocadas. Como nos diz Lígia Militz da Costa sobre a concepção de mito dentro da obra Aristotélica, “o mito é a representação de uma ação que compõe um todo uno, com suas partes ordenadas em princípio, meio e fim, segundo critérios da necessidade e de *verossimilhança*, e com uma extensão determinada, conforme a própria natureza das coisas representadas” (COSTA, 1992, p. 49, grifo meu) ou ainda como “*imitação* e composição de ações” (Ibid., p. 19). Para Aristóteles, o enredo é sem sombra de dúvida o elemento mais importante da tragédia: “Mas, o mais importante de todos é a estruturação dos acontecimentos” (ARISTÓTELES, 2011, p. 49). “Assim, os acontecimentos e o enredo são o objetivo da tragédia e o objetivo é o mais importante de tudo” (Ibid., p. 49).

Para compreendermos melhor os trechos citados acima, precisaremos ainda ampliar nossa concepção de dois conceitos fundamentais em Aristóteles: *mimese* e *verossimilhança*.

²⁷ Podemos perceber que conforme a dimensão discursiva do trabalho do historiador e o status puramente representativo do passado em seus textos são explicitados, os pressupostos que sustentam uma identidade científica da história se tornam menos absolutos em seu anseio de aplicação sobre o passado e sobre a prática historiográfica, por consistirem estes dois uma dimensão distinta daquelas em que as ciências aplicam estes métodos. A definição separadora da história, com “h” minúsculo, para a História, só pode ser feita através do signo de uma arbitrariedade. Isso não suspende toda crítica a um trabalho, pelo contrário.

Para entendê-los, podemos começar diferenciando a compreensão de mimese de Aristóteles e a que a antecedeu, a de Platão. Como sabemos, Platão valorizava aquilo que chamou de “mundo das ideias” em relação ao mundo das aparências, o “mundo sensível”. Seu pensamento classifica o primeiro como elevado e verdadeiro e o segundo como falso e ilusório. Sendo assim, Platão concebeu a mimese como “um tipo de produtividade que não criava objetos ‘originais, mas apenas cópias distantes do que seria a ‘verdadeira realidade’” (COSTA, 1992, p. 5). Fundamental dentro do processo artístico, a mimese era vista por Platão como uma “imitação da imitação” (uma vez que imitava as formas do mundo sensível, que por seu turno são cópias imperfeitas das realidades superiores do mundo das ideias). Aristóteles irá reinterpretar o conceito de mimese diferentemente, “enaltecendo o valor da arte justamente pela autonomia do processo mimético” (COSTA, 1992, p. 6). Desta feita, a arte não seria pura imitação, mas um fornecedor de “possíveis interpretações do real através de ações, pensamentos e palavras” (Ibid., p. 6). A arte não copia o mundo, mas estabelece uma relação de verossimilhança com ele, ou seja, de coerência dentro dos mundos possíveis.

Este conceito de verossimilhança é fundamental para Aristóteles, uma vez que ele é essencial para a qualidade de uma obra artística. Não podemos nos deixar levar por um realismo grosseiro e acreditar que a verossimilhança se trata daquilo que no processo mimético é idêntico a um dado referencial do mundo real e empírico. A verossimilhança é um elemento fruto da coerência interna e externa do texto poético, e se trata da representação do possível, seguindo critérios de semelhança (mimese) e coerência (lógica). Ainda assim, é inclusive “verossímil que se produzam coisas que pareçam inverossímeis” (Ibid., p. 43). O que Aristóteles tenta nos mostrar é que ao produzir seu texto, o poeta não simplesmente inventa suas formas mas parte de uma base real que procura explorar através de suas possibilidades, tornando possível o reconhecimento de ações que não podem ser dispostas de qualquer maneira e nem vistas em desacordo entre si e com o mundo (ou podem, desde que este desacordo seja parte de seu sentido – o que é perfeitamente possível).

Desta forma, toda representação é possível dentro do universo artístico, mas é a construção de seu enredo que ditará a qualidade superior ou inferior da obra. Isso não garante apenas sua qualidade, mas a diferencia da produção historiográfica: “o encadeamento causal que estrutura a ação, na mimese, segundo o verossímil (provável) e o necessário (lógico) torna a poesia mais geral ou universal que a história, circunscrita a relatos de acontecimentos particulares” (Ibid., p. 49).

Isso nos é fundamental porque para Aristóteles o que diferencia a produção histórica e a poética não são se os fatos do poeta são “falsos”, “inventados” ou “fictícios”; mesmo fatos

que se desdobraram na realidade podem ser organizados de maneira a induzir ao erro, ao engano: representar “fatos” não torna uma obra, unicamente por isso, “verdadeira”. E acontecimentos e ações que se desdobraram na realidade factual também podem ser objeto da obra do poeta. Por seguir critérios de mimese e verossimilhança, a produção poética não pode ser tomada como simples “invenção”. Nisso, conforme já demonstramos, White (1994) também concorda, uma vez que também para ele não são os *tipos* de fatos que historiadores e romancistas representam capazes de, por si, separar história de ficção.

O historiador não pode, nunca, representar os fatos “tais como eles ocorreram”, mas sim tais como se pretende ou se supõe que tenham ocorrido²⁸. Para fazê-lo, necessariamente o historiador precisa empreender um exercício mimético que é também um esforço de imaginação, ou se se preferir, de ficção. Quer fictício ou poético, “o discurso tomado na sua totalidade como imagem de alguma realidade comporta uma relação de correspondência com aquilo de que ele constitui uma imagem. É nesse duplo sentido que todo discurso escrito se mostra cognitivo em seus fins e mimético em seus meios” (WHITE, 1994, p. 138). Podemos entender também que a distinção baseada apenas numa correspondência simplista com “a realidade” (simplista porque toma como realidade apenas seus aspectos factuais) não é capaz de sustentar uma diferença fundamental entre historiadores e poetas. Ambas as produções precisam corresponder “a algum domínio da experiência humana”, e é “neste aspecto [...] que a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (Ibid., p. 138).

Acredito, como Luiz Costa Lima (2006) aponta, que White extrapola em sua definição de ficção, limitada a uma compreensão até um tanto quanto deturpada da ficção por sua generalização para o campo historiográfico. Aqui, para marcar a separação em relação a ele e concluir, voltemos à primeira pergunta: qual o conteúdo ficcional da representação histórica? Uma interação, o *espaço* de uma relação não definida previamente a não ser pela relação entre o observador aporético e seu objeto, no processo de desvelamento do passado. Esse desvelamento pode ser determinado, até certo ponto, pela via da aporia da verdade na busca da representação deste passado. Mas não pode ser definido previamente no sentido de que a relação será marcada pela imaginação do escritor, seus determinantes e possíveis, ou seja, por uma subjetividade. Por aí há uma aproximação entre a história e as formas da literatura moderna

²⁸ A aplicação de um método histórico não torna menos verdadeira nossa afirmação, uma vez que, como já viemos afirmando repetidas vezes, o passado representado no trabalho historiográfico é um “artefato verbal” e não o passado em si. Vários autores indicaram, acertadamente, para o risco da teoria de White abrir um vazio mais que metodológico, até ético. É na reflexão sobre este risco que se desenvolve a última sessão.

conforme sugerido por Rusen na epígrafe, nessa subjetividade que precisará se empenhar na medida em que reconhece a tarefa de elaborar o passado.

3.3. Crise e utopia

O que aproxima os dois substantivos acima? Ambos parecem operar através de uma recusa e uma mudança do conteúdo do mundo. Por envolver uma atitude diante do real, ambas se apresentam aqui agora como efeito desta reflexão e suas consequências. Na prática histórica, conforme aludido atrás, as teses revisionistas ganharam espaço no esteio das discussões que colocam em xeque compreensões tradicionais da realidade. Em texto importante, *O extermínio dos Judeus e o princípio da realidade*, o historiador Carlo Ginzburg discute o conteúdo e contexto de tais teses:

Entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 70, o subjetivismo [...] tinha um sabor claramente radical. Em uma situação em que *desejo* era considerado uma palavra de esquerda, realidade (aí compreendida a insistência sobre “fatos reais”) tinha um ar decididamente de direita. Essa perspectiva simplista, para não dizer suicida, parece hoje amplamente superada: no sentido de que as atitudes que implicam uma substancial fuga da realidade não são mais privilégio da exígua esquerda. (GINZBURG, 2006, p. 221)

O processo descrito acima está claramente ligado ao impacto das ideias chamadas “pós-modernas”, que dilapidaram as grandes narrativas derrubando os “centros metafóricos” por uma diversificação das narrativas, em consequência tanto da inclusão de uma nova compreensão de sujeito não hierárquica quanto do próprio sujeito e sujeitos marginalizados ou ocultados nas narrativas tradicionais, que agora ganham destaque a partir dessas novas atitudes. Neste sentido apareceria o primeiro substantivo, como uma classificação possível da situação presente fruto dessas transformações e indicada por Ginzburg: ele fala de um momento de crise.

Ginzburg tem razão ao chamar a atenção para a necessidade de um discurso que seja capaz de propor um passado contundente, assim como ao alertar para os riscos do relativismo e do ceticismo, sobretudo por suas implicações éticas: abandonar o estabelecimento dos fatos não seria abalar a memória dos milhões de Auschwitz e afins? O terror brutal não deixa marcas? Em última instância, suas questões interpretam o trabalho de Hayden White e sua defesa de que

ceticismo e relativismo podem fornecer as bases epistemológicas e morais da tolerância. Mas essa tese é insustentável [...]. Do ponto de vista histórico, porque ela foi sustentada por indivíduos com fortes convicções intelectuais e morais [...]. Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se estendesse também à tolerância como princípio regulador. Não só: quando as divergências intelectuais e morais não são coligadas em última análise à verdade, não há nada a tolerar. (Ibid., p. 224)

O abalo provocado pelo questionamento das verdades estabelecidas, dos fatos acreditados através de uma irrupção profundamente cética, deixaria um terreno sem condições

de se chegar à verdade. Assumir que a realidade e sua interpretação estão profundamente interligadas, e levar isso às consequências de que, portanto, uma realidade “verdadeira” não existiria, acabaria por subsumir a possibilidade ética. É certo que ignorar as consequências dessas posturas tem sido dramático: no cenário internacional já se divulga a quantidade imensa de notícias falsas durante campanhas como a candidatura de Donald Trump ou o Brexit. A suspensão de categorias legítimas de verdade acabou por extirpá-la? Em que medida essas atitudes revelam as consequências de posturas que, se por um lado poderiam levar a destinos diferentes do presente estabelecido (através de seu questionamento), acabaram por destruir o princípio de realidade? A valorização da ficção pode acabar por destruir a busca pela verdade pois foi sua disseminação que engendrou uma sociedade da mentira? A atenção pela representação acabou por tornar a realidade dispensável? E uma outra pergunta que acena uma resposta para essas indagações: podemos atravessar a crise viciosa dos terrenos políticos e sociais com uma atitude utópica?

Por isso o caso do Brexit e de Trump são sintomáticos: a série de mentiras descobertas tanto durante quanto depois – assim como as promessas não cumpridas ou solenemente ignoradas – surpreende por sua ineficácia em mudar a opinião do público, como se as representações da realidade de acordo com seus desejos fossem mais fortes que sua predisposição a aceitar a verdade desta própria realidade. Mais ainda: a insistência na ideia de um sujeito aporético não acabaria por também implicar que ele não seria capaz de chegar a verdade e tornar mais delicado ainda o já instável quadro?

Ao revelar um conteúdo incompleto da realidade, marcado por sua perspectiva, tal sujeito não pode se negar a caminhar para a verdade. A aporia do historiador, estabelecida através de Luiz Costa Lima na primeira sessão, é a busca pela representação do passado, mas sua busca pela verdade é também “porosa”. O historiador François Dosse (1994) enxergou essa “história em migalhas”, dividida em diversas abordagens e na crítica das convenções metodológicas como um profundo abalo da história, mas também como a condição de sua continuidade. Se por um lado isso contribuiu para uma intensa fragmentação das ciências humanas, por outro permitiu também a transformação de conceitos e autoridades estabelecidas (questionando a hegemonia dos Annales – inclusive o projeto estruturalista braudeliano) e uma inovação na imaginação histórica, além da integração de várias outras áreas do conhecimento ao saber histórico, a exemplo da psicanálise. Esta última sendo de especial interesse para a presente análise.

É especial e central para a psicanálise analisar o funcionamento desse sujeito não representado pela consciência plena de si, do outro e do próprio mundo. Apesar dos esforços

do pensar para o conhecer, da própria racionalidade lógica instituída, o sujeito está no contato com forças dinâmicas de sua psique: “o não sabido” – significado que tanto a palavra alemã para inconsciente (*Unbewusste*) quanto seu étimo latino remetem. Aquilo que é capaz de desenraizar, contrariar, animar, possuir e exorcizar o sujeito em sua relação com o mundo e consigo mesmo.

Existiria nisso um caminho utópico? Certamente que isso também caminha perto do instável, do indefinido, do contraditório, arbitrário, ilógico etc. Isso poderia ser associado aos males atuais da mentira na informação? É preciso marcar a diferença, e o caminho ético é o melhor para isso – *essa seria a saída utópica para essas questões, uma vez que manteria um compromisso com a verdade*. Mas a pós-modernidade realmente destruiu a possibilidade de que haja esse compromisso? Será necessário lidar com um conceito que tem sido popularizado nos últimos anos (sua primeira aparição consta da década de 1990): a pós-verdade.

Escolhido como palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford, aparece nesta discussão pois para muitos este seria o substrato mais terrível da pós-modernidade. Conforme refere-se a esse evento o jornal *El País*:

Post-truth (pós-verdade): relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais. Esta é a palavra do ano para o Dicionário Oxford, que constatou que o seu uso cresceu no “contexto do referendo britânico sobre a União Europeia e nas eleições presidenciais dos Estados Unidos”, até converter-se em um termo comum nas análises políticas. (HANCOCK, 2016)

Poderíamos retomar aqui a frase de Ginzburg de que a perspectiva que antes estava associada à esquerda – a valorização da subjetividade na determinação da realidade e uma negação dos “fatos reais” – está realmente difundida pela sociedade. Mas isso não resolve nem encerra a questão, pois as mudanças trazidas pelas discussões pós-modernas não estão restritas a um subproduto sem perspectivas relevantes (ou nefastas), e por isso prefiro enxergar na perspectiva da “pós-verdade” uma atitude profundamente negadora (e negativa) do real e uma consequência a ser combatida, sem dúvida. As possibilidades de representação do real não estão, entretanto, no estabelecimento puro dos “fatos reais”, e esse é o erro a que se incorre ao juntar “tudo no mesmo saco” pós-moderno e tentar desfazer os deslocamentos operados. Tampouco poria fim à contradição justamente pela perspectiva aporética pela qual tomo o sujeito, uma vez que ela também marca a própria intersubjetividade: a comunicação que temos com o outro é marcada por um limite.

Neste sentido entra em questão a fala do vice-presidente do *The New York Times* e advogado David McCraw, em entrevista sobre *Fake News* (MONNERAT, 2018); segundo ele,

“não é papel do governo dizer o que é verdade”. Rapidamente pudemos ver nos jornais brasileiros, neste período de eleição, a difusão de *fake news* pelas mídias sociais e a reação governamental que elas geraram. A primeira vitória jurídica no nosso contexto, em que tags falsas de uma candidata foram retiradas do Facebook por ordem judicial, representam bem pouco no sentido de uma compreensão do problema e muito menos de sua solução. Para McCraw, a intervenção “mina o papel da população na eleição e na democracia. A melhor solução é sempre ter mais discursos – e não banir discursos” (Ibid.). Mesmo acreditando que a intervenção não seja precisa com o problema, ainda discordo quanto a dizer que ela necessariamente irá minar a democracia e esse papel da população, uma vez que essas publicações muitas vezes causam danos imensos aos prejudicados e lucros para os produtores dessas notícias sendo indispensáveis ações do tipo²⁹.

Ginzburg erra na noção que dá ao subjetivismo quando diz que “nos anos 60 e 70 [...] ele *tinha* um claro sabor radical”. Ele *tem* um claro sabor radical. Se se entender ainda subjetivismo como a afirmação de perspectivas plurais, de múltiplos pontos de convergência (ao invés de um) ele não necessariamente leva à mentira, mas com certeza altera o status estabelecido de verdade. A ampliação da vivência e da inserção nesse circuito intersubjetivo (e plurissubjetivo) que é capaz de criar sentidos não pré-definidos ou afirmados, e que nos faz conviver com uma miríade que sobrepõe nossa capacidade de absorvê-la ou controlá-la. A lógica do controle ignora os recentes dispositivos de transgressão que impõe um desafio impossível de ser superado, a saber, o de criar um eixo de controle que exclua o que se quer ignorar. Pelo contrário, se a verdade não pode mais ser alcançada apenas esperando-se que os dispositivos oficiais de legitimação a estruturem, é fundamental que o próprio discurso bem como suas estruturas cheguem às pessoas também na forma de uma estruturação aberta. Tentar afirmá-los a força previamente, como em atitudes governamentais, não solucionará o problema. Por mais que seja herança de um pensamento moderno e que “funcionava” para uma era moderna, as imensas transformações na comunicação (especialmente a difusão da internet, que é um fenômeno extremamente recente e profundo) impõe uma estruturação e difusão nova dos discursos e dos sujeitos.

As ficções nas narrativas das *fake news* não correspondem, exclusivamente, ao significado da ficção e nem encerra a discussão sobre seu papel na representação do mundo.

²⁹ Segundo o ministro do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) Sergio Banhos, que promulgou a decisão: “Conquanto a liberdade de expressão constitua garantia fundamental de estatura constitucional, sua proteção não se estende à manifestação anônima. A ausência de identificação de autoria das notícias, portanto, indica a necessidade de remoção das publicações do perfil público” (PUPO; MOURA, 2018).

Mas realmente expõe a mais que dupla face destas possibilidades. Poderíamos ver nas *fake news* uma “pós-ficção”, como joga Marcia Tiburi: “Gostaria agora de perguntar, sem maiores pretensões, se esse prefixo ‘pós-’ colocado diante de tantas coisas, se ele pode nos livrar do delírio ou se nos levará a renovar nossa relação com ele” (TIBURI, 2018, p. 111). E devemos pensar mais com ela ainda, uma vez que vê essa sociedade que não sabe que “a vida é sonho”, vivendo num delírio “nascido justamente dessa incompreensão”. Vive perdida inclusive da racionalidade, numa sociedade em que mesmo os status de verdade que já foram hegemônicos perderam legitimação em pós ficções de autores desencarnados vendedores de suas próprias “cosmovisões”³⁰.

Uma nova ficção, ou uma pós-ficção, pode ser vista nas representações da pós-verdade como essa negação que falseia a realidade. A era digital marcou uma nova realidade, em que os agentes podem ser desvinculados de sua responsabilização pública pelas informações que divulgam, mas este sempre será um fundamento da escrita da história. É preciso então que os historiadores estejam atentos para serem capazes de responder, através de sua disciplina (pois ela ainda é um norte para suas produções), as demandas atuais. E eles *podem* responder às demandas, dar-lhes respostas e enfrentamento. A pós-ficção das *fake news* é esvaziada também de conteúdo imaginativo (como a pós-política é a antipolítica³¹), e é uma falência da palavra porque torna a palavra esvaziada de sua associação ao mundo e da sua relação dialética com o ele: as *fake news* são uma mentira que procuram se estabelecer como verdade inquestionável, irrefutável independente de qualquer comparação com a realidade.

Acredito que, como em outros momentos do trabalho, podemos contrastar essas atitudes teóricas à posicionamentos concretos e políticos e encontrar novas dimensões na crise que se instaurou como desafio de nosso tempo. A “refiguração da história” é uma operação capaz de pôr em jogo as diferentes instâncias subjetivas, visto que nem a teoria escapa à narrativização. A denominação refiguração histórica é uma operação possível sobre a própria disciplina, e referência ao historiador Keith Jenkins e seu livro *A história refigurada*, em que ele afirma: “o ‘antes do agora’ é totalmente disforme e não conhece significação própria, sejam em termos do seu conjunto, seja de suas partes, antes de ser figurado ou descoberto por nós” (JENKINS, 2014, p. 21). A implicação do sujeito na descrição desse objeto já foi discutida. Se olharmos para sua

³⁰ A jornalista Helena Borges investigou o site (rico em notícias falsas) Gospel Prime. O responsável pela Prime, David Gregorio, entrevistado pela jornalista afirmou: “Tudo que eu publico, se tiver minha cosmovisão, se tiver meu modo de olhar esse mundo, desse fato, pode ser chamado de *fake news*, porque não está na mídia *mainstream*” (BORGES, 2018).

³¹ “O que se chama de pós-verdade, no registro dessa espécie de pós-política, são a não verdade e a antipolítica” (TIBURI, 2017, p. 110).

concepção de sujeito, ela tanto está implicada aporeticamente quanto aponta também a via utópica: “É essa condição “falha”, sempre tensa e estressante, e, conseqüentemente esse jogo interminável de devir instável nos níveis pessoal-político que dão uma chance à política radical, desobediente, e portanto, contra-hegemonica (contra-dominante)” (Ibid., p. 13).

A ficção do historiador pode indagar lugares e construir posições, para dar dimensões novas ao dado. Porque através da ficção se pensa o encontro do historiador com a escrita: “ao se falar de ficção, por onde se começa? Talvez do princípio mesmo da escrita [...] escrever é capturar, conquistar e, enfim, controlar, figurado, o mundo indócil [...] A escrita é inescapável, tentacular, insidiosa, onívora, onipresente [...] Chegamos a um ponto cego de partida, uma primeira imagem: escrever é arrancar-se de si mesmo” (TEZZA, 2017, p. 46-47).

Aqui, a escrita “insidiosa” revela mais que sua face descritiva do mundo – sendo apenas uma de suas máscaras. Arrancar-se de si significa estranhar-se e entranhar-se, encontrar em si e no diálogo com um outro, sejam os sujeitos do passado de quem se escreve ou os do presente com quem se fala, um elemento que antes não havia em si mesmo, e também não existe no outro. São como que dois vazios que se encontram, se é que podemos manter metáforas espaciais para falar deste vazio. “Há um toque de ficção em tudo que se escreve, da lista de compras à alta filosofia [...] mas seria uma tolice determinar que [...] toda escrita é ficção, nada se distingue de nada e vivemos um fluxo perpétuo e irracional de semelhanças enganosas” (Ibid., p. 46).

É na maneira de se estabelecer os fatos e na concepção de verdade a eles subjacente que se encontra o problema, e não como se certas verdades pudessem ser estabelecidas sem contradição, pois cada indivíduo é chamado a responder em suas atitudes se, como aqui se pretende, pode enxergar que “o real é necessariamente um dado anterior, e eu quero crer que ele não fala por si mesmo, ele não se apresenta por si mesmo, e em alguma medida precisa ser revelado [...] quem quer que toque o objeto novamente tocará o objeto e mais o que dele já disseram” (Ibid., p. 51-52). É por isso que o escritor Cristovão Tezza³², citado nos últimos

³² O autor, porém, faz uma aplicação da compreensão do ficcional que precisamos aprofundar para melhor discordar. Ao classificar a literatura ficcional, ele assim a apresenta: “O impulso que nos leva a fazer literatura não é, pelo menos em princípio, solicitado, profissionalizado ou enquadrado cultural ou socialmente, do modo direto e concreto que textos científicos, jornalísticos ou publicitários costumam ser” (TEZZA, 2017, p. 58). Buscando separar a escrita romanesca e poética das apresentadas acima, o autor pretende de fato estabelecer uma distinção entre estes terrenos, que difere como “poética” e “ficcional” e separa-se, portanto, do conteúdo dos textos apresentados no trecho. Ele não exclui daquela escrita que se pretende objetiva o seu teor ficcional, visto a distância problemática entre seu objeto e a representação dele. Mas para ele, devemos pensar que a obra do poeta remete aos seus sentimentos e afetos, “sem o compromisso de pressuposição factual da verdade (o prosador de ficção, no momento em que escreve, não é um cientista, não é um historiador, não é um sociólogo [...])” (TEZZA, 2017, p. 67). A discordância pode ser enunciada uma vez que conforme aludido anteriormente, a história trabalha com um

fragmentos, apresenta seu texto sob o título “A ética da ficção”, pois é ali no sujeito autor que encontraremos a responsabilização possível para a criação de uma ética e para uma criação ética. Somos cobrados como autores, tanto quanto no mundo, na medida em que ali, na escrita, “não temos álibi. Isto é, dizendo muito prosaicamente as coisas, eu não posso abdicar da minha *responsabilidade*, no seu sentido duplo, moral e ético” (Ibid., p. 50, grifos do autor).

Podemos dizer então que a ficção instaura um *espaço interpretativo*, temido pelos excessos de subjetividade e os riscos inerentes a qualquer adesão desse tipo. Entretanto, não é pelo exercício de um método que este espaço será subsumido numa representação objetiva, além do que as atitudes nesse sentido dizem muito dos motivos e pressupostos destes próprios métodos e suas perspectivas. Restarão apenas duas possibilidades: a das ambiguidades, dos desvios, das má-interpretações, ou creremos na redenção do método? É preciso então que se estabeleça, para não cair nessas divisões simplificadoras, em qual território da dúvida poderemos estar, na medida em que o método dirá sempre a partir de suas contribuições, mas também de suas contradições. Este espaço interpretativo, que marca a escrita dos bons historiadores na sua originalidade mesmo quando buscam seguir um método, é o espaço do ficcional que pode transformar as relações do sujeito no mundo. Esse reconhecimento é marcado por um reconhecimento de si, não enquanto indivíduo ou identidade apartada das outras, mas enquanto subjetividade construída e em construção, submetida e intérprete, marcada por continuidade e ruptura.

Neste exercício, em que se envolve método e sujeito, também mudarão as posições em torno das quais os sujeitos podem se articular ou se pensar em relação ao dado, tomado aqui como *circunstância de produção* da informação histórica. Ou seja, o dado compreendido como uma estrutura que se apresenta, em suas formas de discurso e poder, ao sujeito que na primeira parte sugiro imaginarmos: em uma situação de pesquisa, que pode ser generalizada a qualquer estudante hoje, nesta e em outras universidades (e até além das fronteiras de uma faculdade).

Esse envolvimento de subjetividade e verdade é único através da escrita, e tanto pode quanto deve ser ressignificado sempre que a escrita se realize de novo, ou seja, sempre que o envolvimento social exigir escrever e pôr-se no mundo. Creio que por ser um processo dessa ordem pública, a escrita influenciará o leitor, e mais ainda, a leitura pode ser um processo de colocar em questão suposições próprias, na medida em que estas estão assentadas em crenças e naturalizações coletivas (mesmo que modificadas) tanto para quem escreve como para quem lê.

real humano e simbólico, não podendo ser colocada ao lado das ciências justamente por isso e *apesar* de sua pressuposição factual.

Consequências para o historiador e para o público. Nada que impacta o historiador impactará apenas o historiador, mas também sua produção (através da ordem e coerência que dá) e a consciência de seu público (instruído pela ordem e coerência definida pelo historiador). O que se procura discutir então é, apesar da longa e boa tradição, *o que os historiadores produzem*, tomando a produção histórica inclusive como uma possibilidade de se pensar e representar a própria história. E essa produção é marcada por uma simbiose; mas como nos encontrar nessa simbiose pessoa-historiador? *Escrita*. A escrita então é esse ponto central, a habitação da palavra, ferramenta principal do historiador. Recuperar a palavra, e a ficção é um caminho para essa recuperação, é urgente.

Nesse sentido, este espaço ficcional seria mais instabilizador não porque negaria os pressupostos da crença e da produção historiadora, mas discutiria os conteúdos de verdade com que esta explicação procura revestir o mundo. Se isso é ameaçador, como notamos, também é preche de possibilidades. Mais uma vez com Jenkins:

Em outras palavras, envolver-se com a nossa própria subjetividade, definir nossa própria situação no mundo, exige um questionamento e monitoramento constantes de nossos próprios valores e suposições. Por sua vez, a produção desse sentimento de auto distanciamento crítico (às vezes quase uma experiência fora do corpo) incentiva intermináveis fantasias e repensares sobre quais podem ser nossas identidades pessoais e políticas. (JENKINS, 2014, p. 23-24)

Crise é uma concepção que na verdade se vivencia como um momento: como acena o étimo grego, crise é o momento da decisão, por isso um momento difícil. A decisão vacila enquanto perdura a crise, e não admite para dar sequência à continuidade normal das coisas as explicações existentes, ou se as aceita, renova-as e rompe certa continuidade, instaura uma brecha no existente. Mas podemos encontrar algum eco para esse princípio na ficção: “A ideia geradora de uma condição humana inacabada representa o pressuposto laico indispensável à vitalidade da prosa de ficção. Pensar na condição humana como algo essencialmente inacabado e irresolvido já é, por si mesmo, um fundamento ético. E sem dúvida vem sendo através dos tempos o território por excelência da prosa de ficção” (TEZZA, 2017, p. 71). Essa maneira de compreender a condição humana, essa “ideia geradora”, felizmente, acredito, pode ser considerada também pelos historiadores em sua representação, mesmo que este sempre tome orientações de um método (de um conjunto deles na verdade, que compartilham princípios). Permitiu, no trabalho, considerar aproximações entre o território da ficção do historiador e a do romancista, tomando de fato essa condição como uma ideia geradora.

Assim como em *Alien*, não existe reprimenda que destrua definitivamente o princípio irracional e intolerante que insiste em retornar encubando-se nas vítimas e reproduzindo-se a

partir delas. Vivemos sob sua alarmante disseminação. Existe saída? Essa seria a resposta que todos gostaríamos de encontrar, mas não será por aí. Essa é a marca de uma aporia fundamental, uma vez que cobra de cada um ainda outro engajamento, maior que o que superficialmente somos cobrados constantemente a demonstrar nas redes em troca de um pouco de atenção; é uma tarefa que por se apresentar como incompleta, inacabada e em muitos sentidos interminável, assombra uma sociedade presa ao cansaço. Não um cansaço que, como reavalia Byung-Chul Han, é um cansaço existencial, construtor de laços e oposições: “o cansaço do esgotamento não é um cansaço da potência positiva [mas do próprio *eu*]. Ele nos incapacita de fazer *qualquer coisa*. O cansaço que inspira é *um cansaço da potência negativa*, a saber, do não-para [...] trata-se de um tempo intermédio” (HAN, 2015, p. 76). O infarto psíquico é um infarto *imaginativo* característico das nossas sociedades, em que a figura do “eu” exacerbou-se através de sua própria promoção e autocontrole, transformando-se em carrasco e vítima de si próprio.

Se a imaginação do historiador perder o horizonte utópico, a imaginação de seus leitores também não será afetada através da palavra? Assim (e não pelo abandono da problemática da realidade) a escrita do autor pode afirmar-se como um fundamento ético e um caminho para a verdade. Fechar-se no “dado bruto” em busca de uma aproximação do real científico é abandonar o que cabe ao humano, ao errante, ao já tão enunciado opaco; recusemos essa negação. É possível construir a partir daí uma outra coisa, que não é nem o resgate nem o descarte de atitudes, mas uma “outra coisa” que, inclusive se estivermos cansados, poderíamos chamar de utopia.

Considerações finais

Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões. Para quem me aceita são inúteis ambos. Os curiosos terão prazer em descobrir minhas conclusões, confrontando obra e dados. Para quem me rejeita trabalho perdido explicar o que, antes de ler, já não aceitou. (ANDRADE, 1987, p. 59)

A escrita, e também a escrita provocadora e *ética*, conduz mais do que apenas à conclusão de um livro, como se ele fosse fruto de um processo acabado e contínuo, cronológico e organizado, racional e lógico, para quem escreve e para quem lê. No início dos artigos reunidos em *Infância e história*, Giorgio Agamben (2005, p. 10) reflete sobre algo pra todos que se propõem a escrever um livro, e para todos, na verdade: “Toda obra escrita pode ser considerada como o prólogo de uma jamais escrita [...] que permanece como tal, pois, relativamente a ela, as obras sucessivas (por sua vez prelúdios ou decalques de outras obras ausentes) não representam mais do que estilhas ou máscaras mortuárias”.

Longe de afastar o papel da racionalidade, creio que a afirmação de Agamben pode sugerir algo mais: o caminho tortuoso e elusivo da escrita. Ela permite que saíamos, se nos permitirmos, do estado colocado das coisas, dos fins previstos e da totalidade acabada; ela propõe sempre novos recomeços, abismos insondáveis e limitações insofismáveis, e é a partir daí que se parte para o jogo da diferença, da mudança nas repetições e no presente estabelecido, no que pode ser uma consequência prática: a utopia. Uma utopia difícil de descrever, se não impossível, mas que sobrevive pelo exercício imortal de reescrever e lembrar sua existência.

Na escrita, longe de se petrificar num fóssil discursivo, os sucessivos livros não escritos deixam abertas as trilhas que contradizem a si mesmas, desacreditam o escrito fossilizado e o fragmento dissimulado do pensamento consolidado. Sujeito e escrita são um eixo de evidências da linguagem e de suas operações. Assim, a escrita não pode ser apenas a cristalização daqueles pensamentos em que acreditamos, nem o esquecimento das coisas que convencem unicamente porque ditas a nós por nós mesmos.

Não dizemos o que estamos pensando, e num texto, de forma radical, mostramos isso aos outros. Os sucessivos textos que são decantados, apagados em forma de palavra ou no próprio pensamento, esses compostos da obra não escrita, são a prova disso. Apesar de nossos esforços, ainda mais deletérios na era digital, que apaga sem deixar marcas ou lembranças das correções no texto, dizemos o que sabemos e o que não sabemos, mesmo que possamos recusar isso vestindo a realidade com certa concepção de representação (“objetiva”, “neutra”, “imparcial”, “metodológica” etc.). Mas o que isso oculta é justamente o duplo engajamento do sujeito no presente que escreve e é chamado a se apresentar.

Podemos ver na descrição feita pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em *Metafísicas Canibais*, de seu livro *O Anti-Narciso*, exemplo de outra obra não escrita. Segundo ele, as incoerências e contradições já começariam do próprio título do livro:

Foi então que decidi promover esse livro à categoria das obras imaginárias, ou melhor, invisíveis, aquelas das quais Borges foi o melhor comentador, e que costumam ser muito mais interessantes que os usais livros visíveis, como podemos constatar ao ler as resenhas escritas por esse grande leitor cego. Assim, em vez de escrever o livro, achei mais oportuno escrever sobre tal livro, como se outros o tivessem escrito. *Metafísicas Canibais* é então, menos ainda que uma resenha, uma sinopse, quase que como um press-release, desse outro livro, *O Anti-Narciso*, que, por ser tão insistentemente imaginado, acabou nunca existindo – a não ser, precisamente, nas páginas que seguem. (CASTRO, 2015, p. 19)

A obra não escrita, ou esse (des)caminho da escrita, mostra que a escrita é *realmente insegura*. Ainda, podemos lembrar que a escrita da história não se amarra a um passado substancial que poderia ser transposto/apresentado literalmente, mas sempre apresentará tantas possibilidades de representação quanto são possíveis à imaginação histórica. Se a negação é a postura que procura ignorar ou recortar da realidade aquilo que o sujeito é incapaz de simbolizar/atravesar, a anulação da angústia é a recompensa simbólica (tranquilizadora) por trás desse gesto. Necessariamente, a angústia se relaciona com o temor de muitos quando chamados – obrigados, geralmente – a escrever (temor de todos, na verdade, já que escrever nunca é um exercício totalmente previsível). *Sacrificamos* algo logo no início, já que o futuro se apresenta de forma mais intensa naquilo que lhe corresponde muito bem: a uma imprevisibilidade exigente, que ainda há de perturbar com seus vazios e mal-entendidos até o trabalho pronto.

Como todo historiador é um escritor, e também é cobrado a escrever, se impõe a tarefa responder a esse chamado sem um realismo que termine por ser artificial, sem as naturalizações que podem tomar a escolha de um trabalho por parecerem garantir a seus adeptos uma confirmação do que já se sabe, ou pelo menos de *como* se sabe. Trabalhamos frequentemente com a convicção de que, por mais que não saibamos certo número de coisas, o modo como aprendemos as coisas que sabemos não só é correto, mas é também o caminho para saber daquilo que ainda não conhecemos. Quando diante das exigências de escrever dentro de uma comunidade acadêmica, uma maneira de garantir segurança sobre o que se está fazendo é dar respostas claras às perguntas “certas”, encontrando tanto perguntas quanto respostas que satisfaçam convicções generalizadas de pensamento em busca de aprovação – cedida à custa de exigências, claro.

Por isso retomar a insegurança aporética. Ela nos mantém aberta para o *saber*, justamente para que nele não haja algo de fundamental ou substancial a ser descoberto,

alcançado e descrito definitivamente. Ela remove esse consolo, mas é nisso também que a aporia pode se tornar utópica, pois impõe à tarefa de construir um sentido onde antes havia uma convicção, uma expectativa, um dado. A maneira como aprendemos e apreendemos história influencia a maneira como escrevemos, ensinamos e falamos de história, da mesma maneira que influencia como as pessoas veem e aprendem a história e a si mesmas. Podem ser frutos de processos acabados ou outra coisa que se coloque entre *um* e *outro* tempo.

Por isso a insistência na escrita: a escrita sempre se destina a alguém, a um outro; e é justamente esse seu apelo maior que pode fazer dela uma escrita ética. Mas não acharemos essa ética em alguma substância externa absoluta. Continuamos esperando que o mundo mude sem que mudemos as palavras para o mundo. Durante a escrita a palavra pode ganhar um alto nível de consideração para o sujeito, e este sujeito escritor deve estar atento às insinuações da palavra, a seu conteúdo instável e instabilizador. Deve-se estar atento, como artesão da palavra. Não só a deturpação, mas também a agressão e a violência se alastram na nossa sociedade, e existem muitos que enxergam nisso uma falência da palavra. Como coloca a escritora Eliane Brum:

A atual crise é também uma crise de palavra, como já escrevi aqui. No sentido de que o movimento das palavras está interdito, como cartas enviadas que não chegam ao seu destinatário. Em parte isso se deve ao fato de que o absurdo tece o cotidiano, como a realidade brasileira não se cansa de provar. E o absurdo se alarga um pouco mais a cada dia. O que se chama de realidade objetiva tornou-se uma vivência do inconcebível. Embora hiperconectados por redes sociais, as palavras são apenas repetições que voltam para si mesmas. (BRUM, 2017)

Terminemos com um exemplo de escrita que articula muitos dos temas discutidos aqui: os livros da bielorrussa, vencedora do Nobel de Literatura, Svetlana Alexijevich. Sua maneira de falar do passado nos anos finais da União Soviética organiza, dentro do quadro cronológico de um acontecimento (como Chernobyl), inúmeros relatos de testemunhas do período (ALEXIJEVICH 2016. Quando reconstrói o acontecimento para representá-lo para o leitor, o processo de interferência e aporia (tanto dos que vivenciaram o acontecimento quanto da escritora) são revelados, ao invés de ocultados. E aí os sujeitos podem aparecer. Ela aborda estrita e cronologicamente os períodos históricos, mas se as entrevistas são transpostas literalmente, por um lado, por outro temos páginas e páginas sobre entrevistas curtas e lemos parágrafos de entrevistas que podemos assumir – ou que a autora assume – que duraram muitas horas. Os motivos, apesar da evidência da edição, não são claros, ou muitas vezes, quando o são, tratam de experiências diante das quais também silenciamos. Essa seria uma coerência aporética. Essa seria uma coerência aporética.

Muitos argumentam no sentido de que romper com a cronologia seria romper com a ordem causalista de organizar os acontecimentos ou os encadeamentos. Isso não necessariamente é correto, e pode inclusive ser que um encadeamento cronológico seja não causalista e produza, através do efeito estético próprio da narrativa histórica, diálogos infinitos com o acontecido-acontecimento, como citado acima. Estético porque os relatos dos historiadores são produzidos numa estrutura de ficção (composta, portanto, de símbolos, ideias, afetos, intenções, vontades subjetivas e aporéticas).

Está claro que a história, por ser texto, está sempre a apresentar máscaras mortuárias apropriadas para seus objetos e suas referências, que ela de certa forma impedirá o pó de apagar. Mas ao produzir seus textos, possam os historiadores serem capazes de produzir em suas máscaras certo mistério, como na face da *Máscara de Agamêmnon* (Figura 1). Mistério esse que reside entre a técnica e a estética das representações e pode despertar a partir de cada figuração. Como nos lembra o imortal Marc Bloch: “Todo exercício intelectual habilmente conduzido não será, à sua maneira, uma obra de arte?” (BLOCH, 2001, p. 44).



Figura 1 – Máscara de Agamêmnon. Mecenas, 1550 AEC, ouro, 35 cm, Museu Nacional de Arqueologia Atenas.

Fonte: Trivium Art History. Disponível em: <<https://bit.ly/2yHnGk5>>. Acesso em: 16 out. 2018.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. Tradução de Sonia Branco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALIEN, o oitavo passageiro. Direção: Ridley Scott. Argumento: Ronald Shusett e Dan O'Bannon. Roteiro: Dan O'Bannon. Elenco: Bolaji Badejo, Ian Holm, John Hurt, Sigourney Weaver. Reino Unido/EUA, 1979 (124 min.).
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes. Prefácio. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 7-14.
- ARISTÓTELES. *Poética*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Helena. O exército de pinóquios: Como operam dez dos maiores sites de notícias falsas do país, pagos até com verba de gabinete para disseminar boatos. *Época*, Rio de Janeiro, 19 abr. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/04/o-exercito-de-pinoquios.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- BRUM, Eliane. O Brasil desassombrado pelas palavras-fantasmas. Como o sonho e a arte podem nos ajudar a acessar a realidade e a romper a paralisia. *El País*, Madri, 10 jul 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/opinion/1499694080_981744.html>. Acesso em: 16 out. 2018E.
- BUSTO, Marta Camara. Bupropiona: a nova pílula da felicidade: Saiba mais sobre esse remédio ambicioso que empreendeu uma campanha de marketing capaz de deixar os 'colegas' no chinelo. *El País*, Madri, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/ciencia/1410170638_552021.html>. Acesso em: 3 maio 2018.
- CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física: uma análise dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental*. Tradução José Fernandes Dias. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHEVALIER, Jean; ALAIN, Gheerbrant. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução Vera da Costa e Silva. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- COSTA, Lígia Militz da Costa. *A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança*. São Paulo, Ática, 1992. (Série Princípios).
- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Tradução Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Tradução de Dulce A. Silva Ramos. Campinas: Ensaio, 1994.
- ECO, Humberto. *Confissões de um jovem romancista*. Tradução Marcelo Pen. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Tradução Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- GABRIEL, Markus. *O sentido da existência: para um novo realismo ontológico*. Organização Simone L. Maestroni; tradução Bernardo Romagnoli. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.
- GABRIEL, Markus. *Por que o mundo não existe*. Tradução de Markus Hediger. Petrópolis: Vozes, 2016b.
- GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GREENE, Brian. *O tecido do cosmo: o espaço, o tempo e a textura da realidade*. Tradução José Viegas Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUERRA, Alba Gomes; CARVALHO, Glória. *Interpretação e método: repetição com diferença*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HANCOCK, Jaime Rubio. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, “pós-verdade”, a Trump e Brexit. *El País*, Madri, 13 de nov. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html>. Acesso em: 07 jun. 2018.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. Tradução Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.
- JUNIOR, Oswaldo Giacoia. Friedrich Nietzsche. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013. p. 73-106.
- KHEL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LE GOFF, Jaques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente; 18 ensaios*. Tradução Thiago de Abreu, Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *A ficção externa e a historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013. p. 75-84.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.
- MEGIL, Alain. Introdução. MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013. p. 11-38.
- MONNERAT, Alessandra. “Não é papel do governo decidir o que é verdade”, diz advogado do New York Times. *Estadão*, São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/nao-e-papel-do-governo-decidir-o-que-e-verdade-diz-advogado-do-new-york-times/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OBJETO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- OBJETIVO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- PUPPO, Amanda; MOURA, Rafael Moraes. TSE dá 48 horas para Facebook remover “fake news” contra Marina Silva. *Estadão*, São Paulo, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tse-da-48-horas-para-facebookremover-fake-news-contramarina-silva/>>. Acesso em 30 jun. 2018.
- RÜSEN, Jörn. Narração histórica: fundações, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- TEZZA, Cristovão. A ética da ficção. In: DUNKER, Christian. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- TIBURI, Márcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, Christian. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. São Paulo: Publicações Europa-América, 1992.
- TOPOLSKY, Jerzy. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 59-74.
- WESTWORLD. Direção: Craig Zobel, Lisa Joy, Richard J. Lewis, Vincenzo Natali, Produtores: Bryan Burk, Jerry Weintraub, J. Abrams, Jonathan Nolan, Lisa Joy. Estados Unidos: HBO, 2018. Plataforma virtual HBOgo (703 min).

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.